



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Ata n.º 362 -----

----- Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia, Manuel José Santos Pinho, e secretariada pelo Senhor Primeiro Secretário, Arménio de Almeida Cerca, e pela Senhora Segunda Secretária, Anabela Fernandes Monteiro, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----” **Período de Antes da Ordem do Dia:** -----

----- **Ponto um:** *Apreciação e votação da Ata n.º 359 nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 35.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA);*

----- **Ponto dois:** *Intervenções dos Deputados Municipais, nos termos do art.º 35.º do RAMA; -*

----- **Período da Ordem do Dia:** -----

----- **Ponto um:** *Apreciação da Informação da Presidente da Câmara sobre a atividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA; ---*

----- **Ponto dois:** *Apreciação e votação do pedido de suspensão do mandato apresentado pelo Senhor Deputado Pedro Pina Ribeiro, do Grupo Municipal do PS, de acordo com o estabelecido no art.º 11.º do RAMA; -----*

----- **Ponto três:** *Apresentação, discussão e votação dos documentos de prestação de contas, referentes ao exercício de 2021, bem como apreciação da Certificação Legal das Contas de 2021, conforme o disposto nos artigos 76.º e 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais) e do Património do Município de Anadia; -----*

----- **Ponto quatro:** *Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de adesão do Município de Anadia à BIKINNOV – Bike Value Innovation Center – Association, de acordo com o estabelecido na alínea k) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA. -----*

-----**Período de Intervenção do Público:** -----

Período de Intervenção do Público nos termos do art.º 37.º do RAMA.” -----

----- À sessão compareceram as Senhoras e o Senhores Deputados Municipais dos seguintes Grupos Municipais (GM): -----

- • Manuel José Santos Pinho – GM do MIAP; -----
- • Mário Augusto Carreira Heleno – GM do PPD/PSD; -----
- • Nuno Ricardo da Costa Portovedo – GM do MIAP; -----
- • João José Rodrigues Gaspar– GM do PPD/PSD; -----
- • Fernando Augusto Rodrigues Barbosa – GM do PS; -----
- • Anabela Fernandes Monteiro – GM do MIAP; -----
- • Carlos Delfim de Almeida Correia – GM do MIAP; -----
- • Graciete da Piedade Seco Vaz de Castro – GM do PPD/PSD; -----
- • Victor Manuel Santiago Tavares – GM do MIAP; -----
- • Luís Miguel da Silva Ferreira da Fonte – GM do PPD/PSD; -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- • Marta Susana Taveira Duarte – GM do PS; -----
 - • Sandra Marisa Queiroz Ferreira da Silva – GM do MIAP; -----
 - • Arménio Almeida Cerca – GM do MIAP; -----
 - • Rui Manuel Soares de Oliveira Bastos – PCP; -----
 - • César Henrique de Seabra Rangel e Andrade – GM do PPD/PSD; -----
 - • António Rafael das Neves Timóteo – GM do MIAP; -----
 - • Ana Cristina Gonçalves dos Reis e Silva – GM do PPD/PSD; -----
 - • Marcelino Rasga Ferreira – GM do PS; -----
 - • Ana Paula dos Santos Alves Allen – GM do MIAP; -----
 - • Dino Augusto Ferreira Rasga – GM do MIAP e -----
 - • Henrique Manuel Lameirinhas de Almeida Rodrigues – GM do PPD/PSD. -----
- Compareceram igualmente à sessão as Senhoras e os Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia (PJF), dos seguintes GM: -----
- • Lúcia Maria Rodrigues de Jesus – +PNT – PJF de Avelãs de Caminho; -----
 - • Manuel Batista Veiga – GM do MIAP – em substituição do PJF de Avelãs de Cima; -----
 - • Manuel Augusto de Seabra Salgueiro Neves – GM do PPD/PSD – PJF da Moita; -----
 - • Artur Domingos Pires Salvador – GM do PPD/PSD – PJF de Sangalhos; -----
 - • Mário Severo de Matos Marinho – GM do MIAP – PJF de São Lourenço do Bairro; -----
 - • Nuno Miguel Martins dos Santos – GM do PPD/PSD – PJF de Vila Nova de Monsarros; -----
 - • Carlos Dinis da Silva Torres – GM do MIAP – PJF de Vilarinho do Bairro; -----
 - • Ema Paula da Silva Dias Pato – GM do MIAP – PJF da União das Freguesias de Amoreira da Gândara, Paredes do Bairro e Ancas; -----
 - • Fernando Adelino Pina Fernandes – GM do MIAP – PJF da União das Freguesias de Arcos e Mogofores e -----
 - • Óscar dos Santos Ventura – GM do MIAP – PJF da União das Freguesias de Tamengos, Aguium e Óis do Bairro. -----
- Da Câmara Municipal de Anadia estiveram presentes os seguintes elementos: -----
- • Maria Teresa Belém Correia Cardoso – MIAP – Presidente; -----
 - • João José Nogueira de Almeida – PPD/PSD – Vereador; -----
 - • Jennifer Nunes Pereira – MIAP – Vereadora em Regime de Permanência; -----
 - • Jorge António Tavares de São José – PPD/PSD – Vereador; -----
 - • André Miguel Matos Beja Henriques – PS – Vereador; -----
 - • Lino Jorge Cerveira Pintado – MIAP – Vereador em Regime de Permanência. -----
- Não compareceu o Senhor Vice-Presidente Jorge Eduardo Ferreira Sampaio – MIAP, por se encontrar ausente do País. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado. Recebemos a informação de que estão sanados os problemas técnicos e então vamos dar início à sessão ordinária da Assembleia Municipal, não sem antes saudar a Senhora Presidente da Câmara Municipal, todo o Executivo, o Plenário da Assembleia Municipal,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o público e a comunicação social representada. -----

----- Relembro a necessidade de assinarem o livro de presenças, bem como informar que se encontra à vossa disposição toda a correspondência enviada e recebida pela Mesa. -----

----- Foi dirigido à Mesa da Assembleia Municipal um pedido de substituição do Senhor Presidente da Junta de Avelãs de Cima, José Manuel Oliveira Carvalho, que se fará representar pelo Senhor Manuel Batista Veiga, que penso já ter assumido o seu lugar, foi assinado, muito obrigado. -----

----- Assim sendo e que foi verificada a identidade e legitimidade dos Senhores Deputados, assegurado também o estatuto de quórum, declaro aberta esta sessão da Assembleia Municipal, que foi convocada e organizada conforme estipula o Regimento da Assembleia Municipal de Anadia, são catorze horas e cinquenta minutos e aqui o meu computador diz que não está ligado, mas também não lhe vou ligar muito, como é lógico, portanto, vamos assim sendo, vamos passar ao **Período de Antes da Ordem do Dia** o que vai acontecer no **ponto um é apreciação e votação de Ata número três, cinco, nove** nos termos regimentais e que, portanto, vamos passar a apreciar, de qualquer das formas antecipo-me porque constatei ou constatámos uma incorreção na página dois das cento e nove páginas da Ata, que é por erro e, portanto, vai ser corrigido rapidamente, que é a presença do Senhor Manuel de Oliveira Marinha, mas não é, é Ana Paula dos Santos Alves Allen que esteve presente e depois também por explicação do Senhor Deputado representante do grupo parlamentar do PS, na página cento e dois ele pede e aceito perfeitamente que em resposta que eu respondo, mas que não está a resposta. o pedido dele e, portanto, seria de alterar Muito obrigado, resposta ao Senhor Deputado Fernando Barbosa do grupo Municipal do PS e depois segue. É acrescentar esta coisa, portanto, são estas as dúvidas ou estas incorreções ou estas omissões que foram detetadas na elaboração da Ata, que estou convencido que todos vocês já a sabem de cor, até por ser pequena é quase minuta, portanto, eu pergunto se alguém se quer pronunciar sobre a Ata? ----

----- Assim sendo, não havendo ninguém eu poria à votação esta mesma Ata, quem vota a favor? Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila então a Ata foi aprovada, a Mesa, foi aprovada por vinte e oito votos a favor, zero abstenções e zero contra, num universo de vinte e oito. -----

----- Não participou na votação da ata o Senhor Deputado do Grupo Municipal do MIAP Manuel Baptista Veiga por se encontrar abrangido pelo disposto no n.º 3 do art.º 34.º do Código do Procedimento Administrativo, em virtude de não ter participado na reunião de que a referida ata faz registo.-----

-----Passamos então ao **ponto número dois do Período de Antes da Ordem do Dia** e que remeto para intervenções dos Senhores Deputados que queiram fazer essa mesma. Portanto, foi-nos presente à Mesa uma moção, cujos signatários são o Grupo Municipal do MIAP e que vou pedir à Senhora Segunda Secretária que proceda à sua leitura, se faz favor. -----

----- **Senhora Segunda Secretária:** -----

----- "*Moção de apoio ao Estado e povo da Ucrânia. A vinte e quatro de fevereiro de dois mil e*



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vinte e dois a Federação Russa em clara violação do direito Internacional, da Carta das Nações Unidas e da Declaração Universal dos Direitos Humanos iniciou uma invasão ilícita da Ucrânia, país soberano democrático e independente. Esta invasão que já causou a morte de milhares de civis inocentes tem prosseguido o seu curso de destruição em flagrante desrespeito e desprezo pela vida humana, pela paz e pela liberdade e coexistência pacífica entre os povos. Volvidos sessenta e três dias sobre esta data a Assembleia Municipal de Anadia, reunida a vinte e oito de abril de dois mil e vinte e dois, a sua primeira reunião após a invasão, cumpre o seu direito, que neste caso entende também, como um dever político e cívico expressar para além do repúdio e condenação desta cruel e criminoso invasão o seu total apoio e solidariedade ao Estado e povo da Ucrânia. Do mesmo modo, a Assembleia Municipal de Anadia manifesta a sua solidariedade para com todas as pessoas em território russo que, com grande coragem, têm expressado a sua condenação pela ingerência e submissão violenta e forçada da Federação Russa ao Estado da Ucrânia. A Assembleia Municipal de Anadia pretende também com este gesto, reforçar e afirmar formal e oficialmente a solidariedade que o povo e Anadia já evidenciou em campanha articulada entre o Município e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Anadia. Anadia está solidária com o sofrimento do povo da Ucrânia, assim como está e estará decerto solidária com todos os povos que são ou venham a ser espoliados da sua condição de livres e independentes. O teor da moção será remetido à Embaixada da Ucrânia bem como a Associação dos Ucrânios em Portugal e á comunicação social. Anadia vinte e oito de abril de dois mil e vinte e dois.” -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado, portanto passarei à votação desta moção. Quem vota contra: primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quem se abstém, primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila. Esta moção foi aprovada por unanimidade, portanto, o será subscrita por todos os Deputados. -----

----- Para que efeito é? Faça favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Nuno Portovedo, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Muito obrigado, Senhor Presidente, começo por cumprimentar o Senhor Presidente, a Senhora Presidente Câmara, estender os meus cumprimentos a todos os presentes nesta sala e a quem nos vê remotamente. Só para dizer que a moção está assinada por nós, portanto, membros do Grupo Municipal do MIAP, mas está aberta e, portanto, quem quiser subscrever a mesma, faça favor, ela está na Mesa, portanto, se quiserem disponham. Era só, muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado. Dou a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos, que era para? -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Senhor Presidente, normalmente, quando vem uma moção é alvo de algum debate no plenário antes da sua votação, o que não aconteceu com esta. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- É alvo de desculpe? -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- De debate no Plenário, não é? -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Uma moção é votada, com certeza poderá haver uma apreciação à posteriori é que não se pode variar, e Senhor Deputado nós estamos aqui presentes com uma moção que foi aprovada por unanimidade. Não sei se quer fazer algum encómio relativamente pessoal ou outro? Mas a minha posição é esta, que estamos aqui perante uma moção que não pode ser alterada, é aquela moção que foi subscrita por um grupo Municipal correto? Muito obrigado. Muito obrigado Senhor Deputado, portanto, não havendo mais nada relativamente a esta moção, ela está aprovada por unanimidade e, portanto, seguirá os trâmites normais que foram também elencados no documento, portanto, vamos agora então passar à intervenção dos Senhores Deputados Municipais, conforme o artigo trigésimo quinto e vou a palavra á Senhora Deputada Gracite, faz favor. -----

----- **Senhora Deputada Municipal Graciete Castro, do Grupo Municipal do PPOD/PSD:** -

----- Boa tarde Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, comunicação social, tenho aqui três pontos que gostava... um deles é um alerta à Senhora Presidente. Foi-me comunicado no início de março pelos comerciantes de Anadia. Alguns, não foram todos, foram alguns que sobre as senhas de Natal que já tinham, já tinham fornecido os prémios aos sorteados, mas que eles ainda não tinham recebido as respetivas verbas. O que lhes estava a causar um grande transtorno. Já sei que realmente as verbas que foram pagas, só que a dificuldade que eles sentem de momento achavam que mal houve o sorteio, forneceram os prémios aos sorteados, deveriam receber logo as respetivas verbas, portanto, já sei que receberam, porque tive essa preocupação de saber se realmente já tinham sido pagos, estão pagos, está tudo regularizado, mas era só um alerta para que se no Natal de dois mil e vinte e dois houver novas senhas e com as dificuldades que os comerciantes sentem, se houver possibilidade de a Câmara disponibilizar as verbas mais cedo, isso é ótimo. Outro assunto é as casas de banho do Parque que estão sempre fechadas. As pessoas andam a passear no Parque, sentem necessidade de utilizar as casas de banho, têm que vir ao café. Depois é a própria manutenção do mesmo. Claro que o inverno não é fácil manter a manutenção a nível do jardim, mas aquilo está a ficar um bocadinho complicado e foi-me também comunicado que no lago acontece que há animais que vão para o lago, para a água, há pessoas que se vão mergulhar na água. Não sei se há possibilidade de vedar aquela zona. Não sei como é que se há de resolver, só que eu acho que se devia tomar uma solução para isso. O terceiro ponto é sobre o Centro de Recolha Oficial de Animais que há pessoas ali que vivem na zona, que se estão a queixar do barulho dos animais que fazem durante a noite e que lhes está a causar imenso transtorno. Também não sei qual será a solução possível para o assunto, mas queria pôr o problema à Senhora Presidente ver o que é que era possível fazer, porque as pessoas realmente estão a ficar um bocadinho



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

incomodadas com o barulho. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputada, interpelada que foi a Senhora Presidente, convido-a a responder. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Muito boa tarde a todos, cumprimento igualmente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e a Mesa, os meus colegas já tivemos reunião de Câmara hoje de manhã, Senhores Deputados Municipais, comunicação social, público presente e a todas as pessoas que nos seguem online. -----

----- Começando por responder então à Senhora Deputada Graciete relativamente à questão das senhas. O Município de Anadia não paga em dinheiro vivo e, portanto, o dinheiro está sempre disponível, mas é preciso que as pessoas também deem a informação necessária para que seja feita a transferência bancária, que é assim que tomámos este procedimento, portanto, não pagamos em dinheiro, nem pagamos em cheque, portanto, é feito sempre por transferência bancária e quando não temos toda a informação, obviamente que não podemos fazer atempadamente, daí que surgem sempre estes imprevistos e às vezes para não começar a pagar a uns primeiro e depois aos outros, tentar, enfim, que todos tenham toda a informação para que se possa processar todos os valores. Portanto, resolvida que está essa situação e fazendo sempre um esforço para antecipadamente e quanto mais cedo as pessoas derem a informação melhor. -----

----- Sobre as casas de banho do Parque há duas instalações sanitárias, uma que está a afeta à loja, como nós chamamos ao edifício onde temos o nosso pessoal, onde as pessoas se dirigem inclusivamente para pôr as questões ou para recolher todo o equipamento, nomeadamente, para o campo de mini golfe ou para utilização do padel, portanto, e aí existem casas de banho públicas e que estão abertas no período normal de funcionamento do Parque e sempre que o nosso pessoal está ao serviço e que é desde a manhã até à noite. Existem um outro conjunto de casas de banho que estão afetas à espumantaria, que hão-de ficar abertas ao público, faz parte da concessão que se está a concluir, portanto, cuja adjudicação, cujo contrato será assinado em breve e esperando obviamente que a pessoa tenha condições para no mais curto prazo, efetivamente abrir as portas e, portanto, ficará também com essa responsabilidade de cuidar do espaço, enfim, e qualquer questão então nos transmitir. -----

----- Sobre a questão do Jardim. É um problema realmente porque as pessoas também confundem um bocadinho as coisas, isto porquê? Porque nós queremos um jardim, queremos espaço ajardinado, mas queremos que hajam jardins que sejam sustentáveis e espécies sustentáveis e aquilo que existe na maior parte daquele espaço efetivamente é prado de sequeiro, mas as pessoas não entendem muito bem o que é prado de sequeiro. OK e depois quando começam a aparecer florinhas no campo, etc, e que até é conveniente que as plantas cresçam um bocadinho para que depois larguem as sementes para que elas se espalham e vá de certa maneira densificando o prado, obviamente, quando começam a ver as flores as



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

peessoas dizem isto: realmente está uma miséria e, sobretudo, agora daqui para a frente mais florinhas têm, umas amarelas umas mais roxinhas, mas é efetivamente uma situação que estamos a tentar não deixar muito alto, como já tivemos no passado, porque, de facto, a maior parte das pessoas não entendem e, portanto, o prado de sequeiro, enfim, espécies rentáveis. Tem o mínimo de rega e o mínimo de manutenção, mas pronto, uma outra parte já com relvinha mais à volta do lago, já que exige outro tipo de manutenção e de rega, portanto, temos ali duas situações, mas quando preconizamos efetivamente que tenhamos jardins com espécies mais sustentáveis, temos esta questão depois de as pessoas também não entenderem aquilo que de facto se planta. -----

----- Quanto à questão do lago é evidente que nós temos lá a sinalética em que é proibido entrar animais. Não temos é lá a Polícia Municipal, temos o nosso pessoal que muitas vezes vai atrás das pessoas, que alerta as pessoas para essas situações e que muitas vezes até leva alguns insultos, porque as pessoas, enfim, não entendem e, portanto, o cão tem o mesmo direito das pessoas e é por aqui fora os problemas que se colocam, sendo que já algumas vezes chegou a haver intervenção por parte da GNR. Ainda no ano passado, enfim, na zona do lago, porque efetivamente os cães iam para lá e depois iam-se refrescar e depois iam as pessoas que também se queriam refrescar e por aí fora, mas pronto, é a dificuldade de conviver aqui com estas situações e no respeito daquilo que são os direitos das pessoas, que deviam estar um bocadinho mais protegidos, mas pronto, é o mundo em que vivemos. Passa também um bocadinho por aquilo que nós estamos à espera que é a questão da videovigilância que há de ser instalada no Parque, cujo projeto foi submetido ao Ministério da Administração Interna, que é quem tem que o validar. E pronto e o Estado, o Governo terminou a determinada altura e agora temos um novo Governo, tem que ser o Secretário de Estado novamente a pegar neste processo para validar e dar essa autorização para que esse sistema de videovigilância se aplique e, obviamente, é um sistema de videovigilância público, portanto, com as devidas autorizações.

----- Quanto à questão do CROAC, já hoje de manhã tivemos aqui em reunião de Câmara e uma das pessoas próximas que também veio aqui fazer referência a esta situação, O CROAC está instalado no local correto, dentro da legalidade, enfim, cumprindo todas as regras e eu dei o exemplo, nós todos queremos um centro de recolha, mas depois não o queremos à nossa porta, é como o caixote do lixo, queremos que haja caixote do lixo, não pode ser é à nossa porta. De qualquer maneira o distanciamento necessário e, por exemplo, quem se veio queixar já se queixava há muitos anos quando cerca de trinta animais já estavam nas oficinas há algum tempo e, portanto, isto não é de agora, não é novidade, mas pronto, enfim, são aquelas questões que de todo não conseguimos resolver. E o Centro de Recolha também não se pode instalar em espaço de REN, nem de reserva agrícola nem na zona florestal, portanto, tem que estar numa zona enfim, devidamente apetrechada e, portanto, foi o espaço que foi encontrado. Terminei Senhor Presidente. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----Muito obrigado Senhora Presidente e obrigado pelos esclarecimentos, vou dar agora a



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

palavra ao Senhor Deputado Nuno Portovedo. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Nuno Portovedo, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente, eu começo por apresentar em nome da bancada do MIAP, os nossos parabéns pela iniciativa e pela organização das comemorações dos quarenta e oito anos do vinte cinco de Abril, portanto, na nossa opinião as mesmas devem ser feitas desta forma aberta, na rua e para todos. É uma comemoração que não devemos, que não devemos nunca esquecer, ainda por cima na altura que estamos a atravessar e depois Senhora Presidente e na sequência da última Assembleia Intermunicipal da passada terça-feira, quando ouvimos falar da limpeza dos rios e dos apoios por parte da APA para essas limpezas. Ora, sabendo nós o que se passou num passado recente com os apoios as uns Concelhos e a outros não, até porque esses às suas expensas até já tinham procedido à limpeza. Pergunto Senhora Presidente se no caso de Anadia está previsto algum apoio para a limpeza dos rios, nomeadamente, o Rio Cértima? Muito obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, quer responder Senhora Presidente? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Sim posso desde logo responder, o Presidente da Comunidade Intermunicipal, portanto, perante a Assembleia também fez referência, não pormenorizadamente, de todos os rios que estavam elencados na proposta e naquilo que é o projeto e a intenção da Comunidade Intermunicipal para a região, mas obviamente que no que toca ao nosso Concelho e, portanto, um pouco à semelhança daquilo que aconteceu com o apoio que foi dado para Oliveira do Bairro e Águeda e depois mais tarde para o Rio Levira, ainda o anterior Ministro do Ambiente antes de sair deixou um pacotezinho para Anadia e Mealhada, respondendo àquilo que ele, enfim, recusou em tempos, quando efetivamente vimos que a limpeza a ser feita em Oliveira do Bairro e Águeda, deixando a montante Anadia e a Mealhada e, portanto, aquilo que foi dito foi que efetivamente não era pertinente e, portanto, ficaria a aguardar. Antes de se despedir ele deixou esse pacotezinho de cerca de trezentos mil euros para os Municípios de Anadia e Mealhada e da mesma forma que aconteceu também com o anterior projeto, neste caso, a Mealhada assume como promotor da obra e, portanto, está a ser elaborado o projeto para haver esta intervenção em áreas que são uma extensão, enfim, do Concelho da Mealhada e do Concelho de Anadia, sendo que Anadia tem uma extensão um bocadinho maior relativamente à Mealhada. Mas ponto trabalhando nesse projeto esperamos, obviamente, que o pacote não fuja agora com a tomada de posse do novo Governo, mas penso que não, porque é a APA que, neste momento, está efetivamente a controlar essa situação. Portanto, isto no que se refere ao Rio Cértima, deixando em aberto para o futuro a possibilidade de haver também intervenção noutros rios, nomeadamente, no Rio da Serra e por aí fora, mas aí vamos aguardando. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra a Senhora Deputada Marta Cruz, faz favor. Marta Duarte, perdão. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Senhora Deputada Municipal Marta Duarte, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Os meus cumprimentos Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, Senhora Presidente da Câmara Municipal, Executivo, Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta, Senhores da comunicação social e público restantes. -----

----- Com a entrada em vigor no dia vinte e dois de abril do decreto-lei trinta-E, barra dois mil e vinte e dois, deixou de ser obrigatório o uso de máscara, com ressalva para algumas situações, designadamente nas estruturas residenciais ou de acolhimento ou serviços de apoio domiciliário para populações vulneráveis, pessoas idosas, ou pessoas com deficiência. Face a este progressivo regressam à normalidade que o vírus nos retirou, é expectável ver novamente realizadas para a população algumas atividades, como as caminhadas dos oito aos oitenta e as atividades de ginástica que se realizavam ao domingo de manhã junto ao Tribunal, que por força da pandemia foram postergadas. Assim venho pedir à Senhora Presidente que informe sobre as atividades lúdicas e desportivas programadas para a população em geral. Venho ainda questionar a Senhora Presidente noutra âmbito, da segurança rodoviária das nossas estradas municipais. Neste âmbito, questiono como está a ser assegurado o dever de vigilância do Município, nomeadamente se existe e em caso afirmativo, como é feito o levantamento das situações de perigo existentes nas várias vias rodoviárias do Município e do estado de degradação das mesmas, isto porque do contacto que temos com alguns Municípes, têm-nos chegado ao conhecimento diversas situações que devem ser avaliadas, a nosso ver, pelo Município, nomeadamente, na estrada que liga Ancas à Amoreira da Gândara, para onde dezenas de pessoas se deslocam diariamente para os seus trabalhos na zona industrial, o pavimento está cheio de remendos, colocando em causa a suspensão das viaturas; no interior da localidade de Aguim o pavimento está rachado e cheio de remendos; na estrada que liga o bário da Pedralva a Couvelha está em mau estado. Esta questão poderá parecer de menor importância, mas quanto a nós não é Senhora Presidente, a prevenção e reparação são a nosso ver o caminho para uma melhor segurança das pessoas. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Deputada, como foi instada, queira responder Senhora Presidente.

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Pois se vamos retomar as atividades, é isso que estamos a fazer aos poucos, enfim, e avaliando todas as situações a par e passo, sem desgoverno e com os devidos cuidados, como é óbvio. A pandemia não acabou e logicamente temos que ter essas situações salvaguardadas, portanto, aos poucos e poucos iremos retomando as atividades para o público em geral e para também para outra comunidade, nomeadamente, os mais idosos como temos feito também, nomeadamente, do movimento sénior é vida e também, enfim, com outras atividades. Portanto, a par e passo, avaliando, enfim, as situações, o dia a dia, porque de facto os números continuam por aí e, obviamente, dentro do possível nós temos que ir entrando na normalidade, mas com os devidos, com as devidas cautelas. A seu tempo, obviamente, vocês irão tomando conhecimento das atividades. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Quanto à segurança rodoviária, a prevenção e reparação, obviamente, que em termos de segurança rodoviária temos em primeiro lugar a nossa GNR, que cuida da segurança rodoviária e das multas também, que nos vão fazendo chegar e, obviamente, a questão da reparação eu até me atrevia a dizer, só mencionou essas e ainda bem, porque há muitas mais, em todas as Freguesias. E também é do conhecimento dos Senhores Vereadores que ainda há dias tínhamos uma empreitada em curso, com um ano e tal de atraso e o empreiteiro a um mês de terminar o prazo veio pedir prorrogação de prazo, logicamente que não lhe foi concedido, atrás disso veio pedir o reequilíbrio financeiro e, portanto, fez apenas um terço da empreitada de pavimentação que estava prevista e, portanto, houve a rescisão por mútuo acordo e essa empreitada caiu e agora vamos retomando efetivamente as intervenções, em outros moldes, obviamente, para não correr estes riscos, porque, de facto, foi uma longa espera por algo que efetivamente acabou por ser mal sucedido. Mas pronto, essas, nomeadamente, a estrada de Ancas Amoreira da Gândara teve a intervenção da água e, obviamente, necessita de uma intervenção, não só na parte do pavimento como também na pintura do próprio pavimento, enfim, estamos em Paredes do Bairro que precisa também de intervenção, ainda agora estamos também a concluir a água, precisa ali na zona do Cabeço de Mogofores, precisa em Boialvo, enfim, por aí fora, nomeadamente, em Sangalhos então muitas delas e que estavam incluídas neste pacote e, obviamente, temos que retomar este processo de adjudicação de pavimentação nas diversas Freguesias. Estranho, apesar de tudo, toda essa vossa preocupação porque quando foi na hora de aprovar o orçamento os Senhores não se preocuparam tanto em, obviamente, votar favoravelmente, porque depois iriam no dia a dia reivindicar que era preciso a pavimentação para aqui e para ali, mas folgo, efetivamente, e registo a vossa preocupação. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, vou dar a palavra ao Senhor Manuel Veiga, faz favor. -

----- **Senhor Deputado Municipal Manuel Veiga, do Grupo Municipal do MIAP, em substituição do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima:** -----

----- Muito boa tarde a todos em nome do Executivo da Freguesia de Avelãs de Cima que aqui represento, os meus respeitosos cumprimentos a todos os presentes e também a quem nos segue via da Internet.-----

----- Queria dar aqui duas notas que eu acho que são importantes para o Município que é o seguinte: no dia sete de maio vão realizar-se as eleições para os órgãos regionais da ANAFRE, no Museu do Vinho da Bairrada, porque que é o órgão representativo das Freguesias e dizer também que vai haver uma lista única e dizer também que nessa mesma lista serão representadas duas Freguesias do Concelho de Anadia, nomeadamente a Freguesia de Avelãs de Cima, por mim próprio, e o Senhor Óscar Ventura de pela Freguesia de Tamengos, Aguiçim e Óis do Bairro. É um órgão de classe que tem sido importante, digamos, estar com ele porque foi com ele que se conseguiu melhorar o acordo com os CTT para as nossas Freguesias. Foi com ele que, de certa forma, todas as Freguesias, neste momento, têm pelo menos, podem ter a meio tempo um Presidente da Junta. É assim que também as Freguesias se desenvolvem e de certa



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

forma foi um privilégio também os órgãos regionais da ANAFRE escolherem Anadia para fazer este ato eleitoral. -----

----- Passo agora e a pedido do Senhor Presidente da Junta da Freguesia de Avelãs de Cima, que não pôde estar presente e me pediu para o substituir, a ler uma intervenção escrita por ele para aqui para a Assembleia. *"Há cerca de duas semanas atrás um jornal local de periodicidade semanal publicou um artigo de opinião assinado por um Vereador do Município de Anadia, da oposição, na qual mais uma vez afirmou que as Freguesias estão abandonadas, dando como exemplo até a localidade de Canelas na Freguesia de Avelãs de Cima. Quero como membro da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima manifestar o meu repúdio por tal afirmação baseado no seguinte: um, a localidade falada teve um enorme volume de investimentos, por exemplo, na rede viária principal, para além da reparação na antiga escola primária e demais trabalhos da nossa competência. A recuperação resultou na criação do Centro Interpretativo da Água e da Floresta, que desde a sua inauguração já teve várias visitas guiadas, tendo sido a última registada há três semanas atrás pelo grupo da JSD de Anadia. O feedback da visita foi extremamente positivo. Estão já agendadas mais duas visitas até ao Verão, para que conste. Dois, como pode alguém dizer que uma Freguesia está abandonada, quando do ponto de vista orçamental, entre o orçamento aprovado e o executado, no valor total de cento e trinta e dois mil euros, há apenas uma diferença de cento e cinquenta e seis euros. Repito cento e cinquenta e seis euros. Como pode alguém dizer que uma Freguesia está abandonada com taxas de execução, da receita e da despesa, acima dos noventa e nove por cento, repito noventa e nove por cento. Resta-nos dizer e informar que cada vez que alguém subscrever que as Freguesias estão abandonadas, da parte da Freguesia de Avelãs de Cima será lembrado a quem o abandonou, a si, ao seu projeto e ao partido que representa, que foi a população local que entendeu pelo voto, nem um membro teve na Assembleia de Freguesia. Afinal quem é que abandonou quem?"* -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Quer tecer algum comentário Senhora Presidente? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Eu acho que a declaração que foi produzida, obviamente que a Junta de Freguesia no fundo, defende, obviamente, os seus direitos e todo o trabalho que tem tido e, portanto, não tenho mais nada a acrescentar, se não, obviamente, que tudo aquilo que se puder fazer pelas Freguesias, obviamente, que eles assim o aspiram e nós também tenhamos nós capacidade financeira para corresponder. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra ao Senhor Deputado Fernando Barbosa.

----- **Senhor Deputado Municipal Fernando Barbosa, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas Deputados Municipais, eventualmente público presente, não tenho a certeza se estará alguém e quem nos segue via online. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Começo esta intervenção congratulando-me com a realização por parte da presidência da Assembleia e da Câmara Municipal de Anadia, da Sessão Solene Comemorativa do quadragésimo aniversário do vinte cinco de Abril em presença física, não só dos eleitos autárquicos, mas também das forças vivas do Concelho, das entidades associativas e de muitos munícipes. Felicito-os pela simplicidade e dignidade da cerimónia e pela qualidade de todos os atos da mesma, incluindo as intervenções dos representantes dos partidos e movimentos, excluindo-me naturalmente do elogio. Considero que este ponto alto das comemorações foi muito bem complementado com o concerto e o ciclo de cinema de Abril que hoje termina. Esta constatação leva-me a sugerir que a Câmara em sintonia com a Assembleia Municipal de Anadia, participe ativamente no programa comemorativo dos cinquenta anos do vinte cinco de Abril, que se estende em todo o país entre dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte seis, através de iniciativas próprias e ou apoiadas nas associações culturais, recreativas, desportivas e outras do Concelho, já que algumas, pelo menos, estarão para tal disponíveis. Uma sugestão, neste mesmo sentido ouviram ontem os quatro Deputados, ontem não anteontem, foi na terça-feira, os quatro Deputados Municipais que representam esta Assembleia na Comissão Intermunicipal da Região de Aveiro e a Senhora Presidente da Câmara, apelando à realização de ações deste tipo a nível Intermunicipal. Poderão contar com o apoio do Grupo Municipal do Partido Socialista para concretizar este desiderato. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, vou dar a palavra ao Senhor Deputado João Gaspar. ----

----- **Senhor Deputado Municipal João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Muito boa tarde a todos, Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e respetiva Mesa, Senhora Presidente, os Vereadores presentes, os colegas Deputados, todo o público, jornalistas e o pessoal online que vai acompanhar esta Assembleia. -----

----- Senhora Presidente eu tenho aqui primeiro uma, uma, um acompanhamento a fazer, portanto, dizer a todas as pessoas que deram os parabéns pela comemoração do vinte cinco de Abril, que junto a minha a voz deles. Relativamente agora há uma outra a um outro assunto. É com alguma surpresa que verifico que não foi apresentado ainda o relatório da oposição, que devia ter sido apresentado até trinta e um de março, mas, pronto, isto tem sido muitas coisas, o COVID também tem atrapalhado, esperemos que na próxima Assembleia nós possamos ter esse desiderato e que o relatório do direito da oposição seja apresentado como foi o ano passado. -----

----- Agora diretamente às perguntas. Senhora Presidente relativamente à rotunda de Aguim, que muito se tem falado e nós já aqui falámos às vezes sobre isso, a Senhora disse que estaria para breve, a pergunta é para quando o início da construção da mesma? Duas perguntas que eu tenho aqui muito concretas que me surgiram, eu acompanhei com alguma surpresa a renovação do Metro do Mondego e ficou quase que transcrito na imprensa que haveria uma ligação a Anadia. Eu sei que ouve ou pelo menos foi dito que teria havido convite para que a Câmara estivesse presente nessa reunião que aconteceu na Mealhada, eu gostava de saber se nos pode



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dar algumas indicações sobre a extensão ou não do Metro do Mondego até Anadia? A segunda pergunta que é uma pergunta que me surgiu na CIRA, daquilo que eu ouvi lá e a Senhora também ouviu, certamente, há Freguesias e Municípios a norte de Anadia que estão preocupados com o traçado da linha Lisboa-Porto, porque algumas localidades vão ser cortadas. Segundo alguns colegas seus disseram e ninguém os desmentiu, transversalmente e a minha pergunta é se, porque foi lá dito que vai haver uma reunião a breve trecho com o IP para discutir esse percurso. A minha pergunta é se essa linha, a ser implementada, não vai também aqui no nosso Concelho trazer alguns desses problemas e se já tem alguma indicação, se não tem e se vai acompanhar o projeto, como é claro que vai acompanhar se depois nos poderá dizer alguma coisa sobre tal a matéria. É só. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Pode dizer Senhora Engenheira? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Olhe sobre relatório do direito de oposição, não é por acaso que ele não está, mas, na verdade, também consultei os serviços e, obviamente, podem estar errados, mas foi a informação que me foi dada, como nós, enfim, iniciámos o mandato no final do ano e, portanto, o relatório da oposição deve ser relativamente a um ano de atividade. Não cumprimos um ano de atividade e daí não ter apresentado o relatório da oposição que, enfim, não há problemas nenhuns em o apresentar, porque, no fundo é um resumo de tudo aquilo que vamos fazendo, portanto, mas é razão de não ter vindo nesta data. -----

----- Sobre a questão da rotunda de Aguim, já hoje de manhã respondi a essa pergunta, teve público presente e vou voltar outra vez a esclarecer que a questão da rotunda der Aguim como sabem não depende da Câmara Municipal. Pese embora todo o esforço que temos tido e da disponibilidade que manifestamos, nomeadamente, para assinatura de um acordo de gestão que, no fundo, legitima o Município de Anadia a fazer a obra, mas, obviamente, com a participação financeira devida. Esse acordo de gestão veio à reunião de Câmara, já no anterior mandato ele foi aprovado com a salvaguarda da questão do investimento que estava previsto, que nos deixou algumas reservas, porque não conhecemos o projeto de execução, nem o caderno de encargos da obra que há de ir a concurso e, portanto, com as devidas cautelas, dissemos que gostaríamos que aquela cláusula para fechar o acordo de gestão gostaríamos que aquela cláusula fosse tida em devida atenção, nomeadamente, e articulada com a estimativa de custo da obra e de acordo com o tal projeto de execução que ainda estaria a ser melhorado para que a obra fosse a concurso. Na verdade, aquilo que me têm sido dito o acordo de gestão está fechado, em princípio o valor será aquele que é na ordem dos trezentos mil euros. Não sei se quando a obra for a concurso temos concorrentes ou não para aquele valor, logo se vê, mas pronto seguiremos as orientações que as Infraestruturas de Portugal nos derem, o caderno de encargos, o projeto de execução que nos há de disponibilizar, aguardando que o próprio IMT também faça a homologação do respetivo acordo de gestão, que é algo que também ainda está em falta e que supostamente iria acontecer neste primeiro trimestre, mas



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com toda a gente sem Governo fica sem saber muito bem o que é que há de fazer, porque não há Orçamento de Estado aprovado, portanto, não querem assumir compromissos enquanto não haja Orçamento de Estado aprovado e por aí fora. Tudo isto atrasou efetivamente e há dias mandaram-nos ainda o projeto de eletricidade, para que nós a Câmara de Anadia remetêssemos à EDP para aprovar, foi isso que fizemos, portanto, seguimos, servimos de intermediários para aprovar o projeto junto da EDP e, obviamente, também depois do projeto merecer a concordância da EDP, também tentaremos sensibilizar no sentido de haver uma comparticipação nos encargos para a execução das infraestruturas, portanto, se for entre entidades é mais difícil, se for entre o Município e a EDP, talvez a situação seja mais fácil. E é nesta situação em que estamos, portanto, há de avançar quando efetivamente tivermos o acordo de gestão assinado e tivermos o projeto de execução e o caderno de encargos do nosso lado e que nos permite efetivamente por a obra a concurso e depois hajam concorrentes e haja a adjudicação, de todo um processo que há de ser acompanhado pelas Infraestruturas de Portugal. -----

----- Sobre a questão do Metro Mondego, sim têm havido alguns contactos, obviamente que não tem passado disso e com uma vontade expressa e até interesse, efetivamente, para rentabilizar este projeto que efetivamente Anadia integre esse traçado, porque, enfim, até para Cantanhede o facto de ele chegar à Anadia torna uma das linhas mais rentáveis e, portanto, estamos em negociações e na próxima semana terei uma reunião também com a administração e pronto e vamos conversando, porque se é do interesse de Anadia também percebemos e isso é bom que haja também esse mesmo interesse da parte da administração do Metro Mondego. -----

----- Traçado linha Lisboa-Porto este é dos projetos mais absurdos que existem efetivamente, porque aquilo que nos foi dado a conhecer era praticamente o traçado do TGV há uns anos atrás e é muito mau e muito penalizador para o Município de Anadia, na medida em que o anterior traçado, efetivamente, a nossa zona ex-libris em termos de vinhas, que é toda aquela zona de São Lourenço e, portanto, ali junto às colinas, a zona protegida, mas nós temos tantos problemas com reservas ecológicas e reservas agrícolas e esta gente está a avançar por aí fora como se nada, enfim, houvesse. Mas, pronto, eu diria aquilo que disse o meu colega Presidente, tenho sérias dúvidas que algum dia este projeto se chegue a concretizar, mas, na verdade, temos que estar, enfim, com todos os cuidados, porque, efetivamente aquilo que vocês ouviram é penalizador para os outros Concelhos, para Anadia é, de facto, muito penalizador. Tivemos a oportunidade de já o transmitir numa reunião que tivemos online, com as Infraestruturas de Portugal. Foi uma reunião um bocadinho forte, uma reunião muito dura, que não foi, enfim, não foi simpática, obviamente, não foi aquilo que eles gostaram de ouvir, mas é a verdade, temos que admitir que efetivamente aquilo não é um bom projeto para Anadia e, obviamente, como todos sabem uma linha que vai, de facto, destruir o país, porque é a verdade, vai destruir os nossos Concelhos, vai destruir a economia dos nossos Concelhos, nomeadamente na questão das vinhas e do vinho para quê, para tantos milhões serem gastos para um projeto que há de ser construído, há de ser para derrapar, como já aconteceu com a linha do Norte e, de facto, com vantagens muito reduzidas que é a redução de um bocadinho de



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tempo nesta ligação Lisboa-Porto. É efetivamente penalizador e altamente preocupante, embora acreditando que isto não se irá construir, mas, quiçá haja alguma mente e alguma imposição até, porque vocês sabem que há negociações paralelas com a União Europeia e há interesses que estão por trás de tudo isto e às vezes para conseguir uma coisa é preciso, enfim, negociar outra e fico-me por aqui. Quando tiver algo mais, obviamente, e que se revele, de facto, importante a nossa Câmara e a Assembleia Municipal se pronunciarem, obviamente que trarei essa informação. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra à Senhora Deputada Paula Allen. -----

----- **Senhora Deputada Municipal Paula Allen, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Começo desde já por saudar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os colegas Deputados, os Senhores Presidentes da Junta, a comunicação social, o público aqui presente e, por último, mas não menos importante, o público presente através das redes sociais. -----

----- Todos nós sabemos que a Câmara de Anadia esteve ativamente envolvida no apoio à Ucrânia, logo no início desta invasão tão violenta e inusitada, diria eu, apesar de estarmos em pleno século vinte e um. Agora gostávamos de saber o feedback dessa ajuda humanitária, dessa primeira ajuda humanitária, bem como o que é que está a ser feito no presente e aquilo que virá a ser feito no futuro. Muito obrigada. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Deputada, quer responder Senhora Presidente? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Foi noticiado, obviamente, o apoio que demos aos nossos bombeiros e, portanto, toda a recolha de bens que foi feita e em que várias entidades estiveram envolvidas e, obviamente, a comunidade em geral, em que se disponibilizaram diversos bens, desde roupas, alimentos, medicamentos, equipamento que teve também que ser adquirido, houveram empresas que deram dinheiro, portanto, a opção foi não aceitar dinheiro, mas com esses apoios comprarem algum equipamento de comunicações e informáticos que a própria embaixada também nos deu como orientação e, portanto, enfim, todo um conjunto de material que foi juntamente com não duas, acabou por não irem duas ambulâncias mas uma ambulância que também os bombeiros acabaram por disponibilizar e, portanto, da parte do Município além de um trator e de também disponibilizar um funcionário da Câmara que acompanhou efetivamente também todo a outra parte da operação, com o trator e os reboques que foram disponibilizados por empresas privadas, no sentido de fazer chegar este material à Polónia e da Polónia com compromisso e articulado com uma associação local, porque, de facto, isto parece que é tudo muito simples mas da embaixada toda a gente muito disponível, mas depois deixamos de ter respostas da parte da como é que se chama a Associação dos imigrantes? O Alto Comissariado das Migrações também, enfim, muitas questões, mas depois não concretizam nada e, portanto, foi através de uma associação local que conseguimos chegar a um determinado ponto da Polónia, com a



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

garantia de que esses bens depois iriam ser deslocalizados para duas cidades da Ucrânia, uma Odessa e a outra Mali. E pronto e tivemos inclusivamente a informação, registos fotográficos de quando o material chegou às ditas cidades. Da parte dos nossos bombeiros, portanto, os quatro elementos que foram foi uma experiência para eles única, obviamente, além da descarga de todos os bens e até lá chegarem. Um agradecimento profundo a todas as Associações, a todas as Corporações de Bombeiros que os acolheram, no regresso também à comunidade do Luxemburgo por onde eles também vieram e, portanto, o melhor acolhimento a toda esta equipa que também teve oportunidade de viver in loco uma experiência única, que foi efetivamente fazer o transbordo dos comboios que chegavam da Alemanha e depois tinham que apanhar os autocarros para a Polónia, portanto, ficou marcado, ficou registada nossa intervenção daquilo que era o apoio para chegar ao povo ucraniano. Depois temos todo o povo que chega ao nosso Concelho. Não é um número tão significativo quanto no início era esperado, mas, de facto, temos já aqui algumas pessoas, alunos que já estão integrados na escola e, portanto, esse apoio até do registo no SEF, nós estamos a dar, porque também era uma outra plataforma que ia funcionar de forma muito célere e não é assim, as pessoas têm dificuldades e, portanto, são os nossos serviços também que estão a dar esse apoio às pessoas e pronto e, portanto, a integração efetivamente na escola, no trabalho e, obviamente, também nalguns bens, não só alimentação mas também de roupas. Definimos também na penúltima reunião de Câmara -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Apelo por favor à capacidade de síntese. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

um apoio que, enfim, complemento distinto daquilo que é o Regulamento da Ação Social, mas que efetivamente permite também um apoio financeiro às famílias que entretanto estão cá ou aquelas que estão a acolher, efetivamente, familiares ou amigos e que passam a estar em maior número dentro das habitações e precisam de outro apoio, portanto, e neste sentido vamos trabalhando e vamos acompanhando, sendo que ainda na semana passada o Alto Comissariado para as Imigrações um dia telefona e dizem quantas camas estão disponíveis estão a chegar dois aviões? Ok deixe-me cá ver como é que estamos, mas quer dizer isto acontece, mas depois no dia seguinte afinal de contas não foi bem assim, quer dizer é tudo muito, até um bocadinho descoordenado digamos, pronto, mas atentos. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, vou dar a palavra à Senhora Deputada Ana Cristina. --

----- **Senhora Deputada Municipal Ana Cristina, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Boa tarde, cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia, a Senhora Presidente da Câmara, Vereação, a todos os presentes e todos os ausentes, mas presentes online. -----

-



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Na sequência da transferência de competências a nível da Educação, pergunto à Senhora Presidente de Câmara se por acaso a Câmara já tem algum projeto educativo elaborado para o nosso Município? -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado. Quer responder se faz favor? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Nós não precisamos da transferência de competências para ter um projeto educativo para o Município, nomeadamente no que toca ao primeiro ciclo, que desde há muito tempo que já temos essa competência, ao nível do primeiro ciclo e do pré-escolar. Agora a transferência de competências, como sabe, torna os Municípios tarefeiros, operacionais, enfim, ao serviço do Estado, sendo que há determinadas matérias, obviamente, em que nós não temos qualquer intervenção. Contudo não deixaremos, obviamente, como sempre temos feito, de continuar a apresentar as nossas propostas e, como sabe, qualquer projeto educativo tem que ir ao Conselho Pedagógico e tem que ser aprovado em Conselho Pedagógico, para que efetivamente, ele se estenda a toda a comunidade educativa. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado. Vou dar a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, permita-me acompanhar os restantes Deputados nos cumprimentos pela Sessão Solene que foi celebrada em comemoração do vinte cinco de Abril e a propósito do discurso da Senhora Presidente, a quem eu cumprimento também, pelas palavras tecidas, gostaria de a questionar se relativamente a esta matéria que acabámos de referir, que é a competência das transferências no âmbito da Educação e da Saúde que foram transferidas no fundo agora no início de abril não é? A Senhora referiu que, julgo eu pelo menos interpretei assim, que o Município se recusou a celebrar um protocolo, penso que foi no âmbito da Saúde, se não estou em erro, então o que lhe perguntava é se existem outros protocolos que ficaram por celebrar e, eventualmente, se espera de ver daí algumas implicações no fundo por causa desta decisão. Depois relativamente há questão do acolhimento de ucranianos, do qual nós temos de ter sempre a preocupação de desenvolver todas as medidas que tornem a sua passagem pelo nosso País e pelo nosso Concelho o mais digno possível. Sabemos que a Senhora Presidente referiu que houve, no fundo, um apoio na certificação e de concessão junto do dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, que é uma pretensão no fundo temporária, julgo eu que durará um ano apenas. A questão que lhe coloco é tendo em conta este período alargado, se será feito o acompanhamento devido de forma a garantir estas condições dignas que referi e se o Município, eventualmente, tendo em conta depois este período se está a pensar em elencar algumas medidas para que assim continue o referido apoio? E depois se me permitir fazia-lhe duas recomendações que tem a ver com o envio de informação, volta a acontecer e isto é uma matéria que já aqui foi referida diversas vezes, o envio da informação do documento, neste caso o documento do relatório de contas, que é um documento massudo, é um documento



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

complicado de analisar e pesquisar e volta a vir num formato não pesquisável, ao contrário, por exemplo, do que é possível fazer noutros órgãos, por exemplo, o caso do Conselho Municipal de Juventude, onde o mesmo, não é bem o mesmo, mas parte desse relatório foi possível receber no formato em que a gente pesquisava e isso parece que não mas facilita imenso o nosso trabalho. E outra recomendação ou questão, como entender, tem a ver com os vídeos de transmissão das Assembleias, pelos vistos esta Sessão Solene Comemorativa do vinte cinco de Abril foi possível disponibilizar para além do tempo da sessão. Não sei se existem constrangimentos alguns por parte da Câmara para que as sessões, fora essa sessão, seja possível fazer exatamente a mesma coisa, disponibilizar para além do tempo, que nós sabemos que além dum importante registo de memória, temos que ter consciência que muito provavelmente as razões impeditivas para que as pessoas possam vir assistir a esta Assembleia serão as mesmas que impedem que assistam em direto à transmissão da Assembleia. Obrigado.

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado. Relativamente e antes de dar a palavra à Senhora Presidente, direi ao Senhor Deputado Rui Bastos que a transmissão de imagem da Assembleia Comemorativa do vinte cinco de Abril foi adquirida no exterior, que não pelos nossos meios e daí um lapso de que fez um prolongamento da situação. Como deve entender nós aqui já elencamos os motivos porque isto aqui não é nenhuma, não é nenhum espetáculo, é um espetáculo público que nós transmitimos para observação e análise por parte de toda a população, que podem gravar da forma que quiserem, mas claro que não é para arquivo, dado que para arquivo já tem exaustivamente as atas das Assembleias. Se é para nos visualizarmos damos ordens em casa a dizer assim: grava-me isto que eu quero-me ver logo à noite. Portanto a situação da pequena exceção, foi motivada pelo desconhecimento dos Senhores que estavam a gravar, de continuarem a gravar e não sei se estavam a pensar para a noite também continuar a agravar, mas acho que não. Acho que foi só está disponível, portanto, isto é só para lhe dar a ideia de que não é uma coisa para continuar, para continuar sim são as transmissões e ponto. -----

----- Faz favor dou a palavra à Senhora Presidente para o que queira dizer sobre o assunto. ----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Então respondido que está o que se refere às sessões da Assembleia e cabe à Assembleia, obviamente, essa informação e essa decisão, só dizer que relativamente à transferência de competências, a maior parte delas já estão transferidas tacitamente desde dois mil e vinte e um. Ficaram por resolver a questão da Educação, da Saúde e da parte Social. A da Saúde, enfim, foi protelado o tempo até trinta e um de março e, portanto, o próprio decreto e as orientações não levavam a que houvesse a assinatura de qualquer auto de transferência. Havia a Comissão de Acompanhamento, havia, enfim, toda a articulação com as entidades e, portanto, não havia auto de transferência. A partir do momento em que já havia entendimento sobre, enfim, os operacionais, os processos dos operacionais, os contratos que existem, seja de refeições, energia, etc, etc, como é que se iria proceder a todos esses contratos, enfim, seguir caminho e, portanto, a própria Diretora Regional que conosco articulou sempre estas questões,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

quando chegou ao final do mês de fevereiro, se não me engano, ok está fechado este processo, darei conhecimento da listagem dos operacionais e dos assistentes técnicos e, portanto, será publicada a lista em Diário da República e o IGeFE a partir do mês de abril já fará a transferência da parte financeira e isso é o que efetivamente aconteceu. Não houve auto de transferência com a educação, houve sim a assunção das competências a partir do dia trinta e um de março e as competências estão definidas, obviamente, no Decreto-Lei e entre nós, nós Câmara Municipal o Agrupamento e com o acompanhamento da DGEST, estamos a articular determinadas matérias, nomeadamente, no que se refere aos contratos que existem, uns que terminarão no final do ano letivo e outros que terminarão no final do ano civil e, portanto, nós trabalhando, obviamente, nas matérias para que, enfim, em setembro se retomem os contratos que cessam ou que terminam no final do ano letivo, para ter outros contratos a iniciar no início do ano letivo. No que toca à parte da saúde, enfim, por acaso o diploma dizia que havia um auto de transferência de competências que devia ser assinado e nós não concordando, nunca concordámos com os valores que nos foram apresentados, obviamente, colocando sérias dúvidas sobre todos os valores que foram apresentados, seja no valor dos operacionais, seja na parte dos encargos, etc, etc, nós não conhecemos os contratos, não sabemos efetivamente o vínculo dos funcionários, pronto, e muita coisa por explicar. Na questão dos operacionais, inclusivamente acabaram por dizer que tinham sido feitas as contas em relação a dois mil e dezoito, era o valor de referência, acabaram por corrigir até já durante o mês de março. Mas, na verdade, não nos foi dado a conhecer qualquer listagem de funcionários, nem o vínculo, nem as condições a que eles estavam, nem onde é que estavam afetos. E logicamente que, mais uma vez, no final do mês de março dissemos não assinamos o auto de transferência, porque efetivamente há aqui dúvidas, há muita coisa por esclarecer. A resposta basicamente resume-se a isto em todos os pontos, é que primeiro assinam o auto de transferência e depois partilhamos convosco informação. Ora isto não serve e na parte do social também muita pressa, muita pressa, mas na verdade depois acabou por ser adiado. Pronto, porque aí, enfim, é o mísero dinheiro para contratar mais uma pessoa e assumir competências noutra área. E isto é o que temos relativamente às competências mais delicadas e que deviam envolver um pacote financeiro maior e é aquilo que temos, portanto, neste momento só temos transferência de competências na parte da Educação com uma derrapagem significativa à partida, temos consciência disso, não na parte dos vencimentos que eles estão de acordo com as tabelas e atualizados, mas, de certeza com o valor das AECS, de certeza com o valor das refeições, de certeza com os encargos da energia e por aí fora e, portanto, temos consciência que efetivamente o valor da transferências do Estado está muito aquém daquilo que é necessário para fazer face nos dias de hoje à assunção destas competências, isso claramente. -----
----- Relativamente à questão das famílias ucranianas, nós, como disse, tomámos uma deliberação, aprovámos umas normas, normas essas que irão vigorar até ao final do ano, apoios durante três meses às famílias que vierem a ser sinalizadas e que se candidatarem, obviamente, a estes apoios e, portanto, iremos manter este registo até ao final do ano, sendo



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

certo que muitas delas, obviamente, o desejo delas é regressar ao país quando assim puderam. Portanto, vamos acompanhando, mas para já são as medidas que temos à parte de todo o apoio que vamos dando no dia a dia nas outras áreas, conforme já referi. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente. Vou dar a palavra ao Senhor Deputado César Andrade, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal César Andrade, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Senhor Presidente boa tarde a todos, à Senhora Presidente e aos demais nesta casa. Eu tenho três coisinhas para solicitar à Senhora Presidente, mais um esclarecimento. Há bocado a Senhora Presidente acabou de falar que ia requalificar o Rio Cértima, coisa que fico satisfeito em saber, uma vez que o rio, parte do rio passa da minha Freguesia, uma vez mais e como já se falou numa Assembleia eu pedia que a Senhora Presidente, se fosse possível, quando houvesse intervenção na zona de Avelãs de Caminho, o favor de contactar a Junta de Agricultores de Avelãs de Caminho ou a Junta de Freguesia, para dar alguns esclarecimentos ou para ser esclarecida, para que não se evitem erros passados cometidos pela Câmara Municipal de Anadia, nomeadamente na demolição das represas. Estas represas, como eu já disse aqui uma vez, eram bem essenciais para o ecossistema, mantinha o nível freático das terras, coisa que agora não se nota. Solicitava à Senhor Presidente da Câmara para quando houvesse essa requalificação, que fosse com pés e cabeça, entre aspas, para as pessoas serem ouvidas e para se proceder da melhor forma. Sobre a rede de saneamento, a ampliação da rede de saneamento entre a Estrada Nacional número um e a Rua da Solidariedade a Senhora Presidente sabe quando é que se irá fazer essa ampliação, se é por Avelãs de Caminho, se essa ampliação for por Avelãs de Caminho se chega à Rua da Portela, em Avelãs de Caminho, porque se chegasse a essa rua eu também solicitava à Senhora Presidente a requalificação dessa rua, uma vez que o piso em mau estado, as águas pluviais é um problema para os habitantes, na altura enquanto estava na Junta de Freguesia já tinha alertado a Câmara várias vezes, fizemos várias visitas, só que até hoje nada foi feito. Não sei se já há uma proposta para a requalificação dessa rua, com o escoamento das águas pluviais, que é mais importante e sobre esse assunto queria apenas um esclarecimento fosse possível. Sobre a pavimentação das ruas das Freguesias, conforme também está planeado, Senhora Presidente em Avelãs de Caminho também eu na altura e quando era Presidente solicitei várias vezes a requalificação da Rua do Cabecinho que neste momento está quase intransitável e também é desta rua da Portela, com o escoamento das águas pluviais para ver se podiam intervir, porque quando chove para os habitantes locais é um problema pronto não é diário, mas pelo menos na altura das chuvas, mas pronto, eu obrigado. Mas fiquei sobretudo satisfeito com a requalificação do Rio Cértima. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Senhor Deputado só um aparte sem qualquer intenção e sem qualquer confusão que eu tenha intervenção a nível das competências de cada um. Penso que a sua intervenção versou



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

essencialmente Avelãs de Caminho. Não estou a pôr em causa a sua necessidade, mas penso que ultrapassou um pouco a competência do que é um Deputado Municipal eleito e não aquele que é por inerência, que é o caso das Juntas de Freguesia. De qualquer das formas vou dar a palavra à Senhora Presidente para intervir, se quiser. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Não só dar a nota que o projeto efetivamente está a ser adjudicado, obviamente, têm o acompanhamento de uma entidade que é a APA e o Senhor Presidente da Junta sabe o que é a APA e a ARH pensa relativamente a essas represas, portanto, por aqui me fico e, portanto, não sei o que é que vai ser possível e o que é que eles vão apoiar, portanto, nós temos que seguir as regras e, portanto, aquilo que nos é dito e o projeto não será propriamente para construir represas, mas sim para tratamento das margens e do leito do rio, é isso que me parece e trezentos mil euros para dois Concelhos, obviamente que não dará para muito, para muito mais do que isso, além desse tipo de intervenção. -----

----- O saneamento da Rua da Solidariedade, sim chega à Rua da Portela. Obviamente que há um problema de águas pluviais para resolver uma coisa de cada vez. Fico na dúvida é que de facto já no anterior mandato nós tínhamos este problema para resolver e, de facto, de difícil resolução. A Senhor Presidente da Junta tentou encontrar uma solução que não foi fácil e, portanto, voltamos outra vez a falar nela porque, enfim, nós não conseguimos ficar com água, aquilo é plano e ela tem que ir para algum sítio e alguém tem que dar essa permissão. Não sei se nesta situação falaremos com a Junta de Freguesia ou com o Senhor César Andrade é que na outra sugeriu a Junta de Agricultores e a Junta de Freguesia e na questão das águas pluviais não sei, mas depois eu procuro. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, vou dar a palavra à Senhora Deputada Sandra Queiroz. -----

----- **Senhora Deputada Municipal Sandra Queiroz, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Os meus cumprimentos Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal de Anadia, todo o Executivo, Excelentíssimos Senhores Deputados, comunicação social, demais presentes e a todos aqueles que assistem a esta Assembleia via online. -----

----- Não obstante a Senhora Presidente ter já feito aqui referência, eu gostaria de colocar algumas questões a respeito de assunção de competências pelo Município. Como sabemos o Município de Anadia recusou nos últimos anos a transferência de competências no domínio da Educação, por entender não se encontrarem reunidas condições, sendo certo que o diploma em causa suscitava algumas dúvidas relativamente às matérias a transferir, evidenciando uma ausência de clareza quanto à sua operacionalização e ainda falta de informação também quanto aos valores afetos à própria gestão e também á manutenção e conservação de edifícios. Atualmente o Município assumiu competências nesta área ao abrigo do Decreto-Lei vinte e um de dois mil e dezanove, de trinta de janeiro, pelo que gostaria que a Excelentíssima Senhora



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente de Câmara transmitisse quais as matérias em que concretamente incidem as novas responsabilidades que o Município terá que assegurar, se o pacote financeiro transferido e a transferir acompanha as despesas previstas assegurando os pagamentos? A Senhora Presidente referiu ainda há pouco que o valor estaria aquém do necessário, gostaria que esclarecesse se colocará em causa a normal atividade escolar. Também quais os constrangimentos com que o Município se têm deparado nesta fase inicial, caso existam, evidentemente, e, por último, tendo sido recentemente deliberado em reunião do Executivo a delegação de competências ao Diretor do Agrupamento de Escolas de Anadia, através da celebração de um contrato interadministrativo, solicito que informe, se possível, em que consiste este contrato e quais as específicas atribuições a delegar. Obrigada. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigada Senhor Deputada, faz favor Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Este é um tema longo para explicar, mas vou tentar sintetizar. Basicamente aquilo que nós neste momento estamos para já a fazer é o pagamento aos funcionários de acordo com a transferência de verbas que está a ser feita e ao que parece, na verba relativamente aos funcionários ela bate mais ou menos certinha, enfim, porque este mês alguns pequeninos ajustamentos e tal, mas o Município assumiu, tal como assumiu, por exemplo, na listagem que foi remetida para o Diário da República falta lá um funcionário, foi um lapso, obviamente que esse funcionário fazia parte da lista. Houve aqui um lapso, mas não deixámos de transferir a verba correspondente, porque no número global ele estava nesse montante, mas pronto, são estes ajustamentos que precisam de ser feitos. Depois há contratos de energia, de gás, de comunicações, de refeições e com as AECS. As AECS e as refeições terminarão no final do ano civil. Os contratos de energia, gás, comunicações, etc, terminarão no final do ano civil. AECS e refeições no final do ano letivo e os outros no final do ano civil. O dinheiro está a ser transferido neste momento para o Município e obviamente, o que é que estamos a fazer, no fundo a transferir para o Agrupamento de Escolas o montante que foi calculado, nomeadamente o que se refere para o pagamento dos encargos de energia, de limpeza, das comunicações, etc, e ainda distribuindo o valor de conservação e manutenção, que são meros vinte mil euros para a Escola de Vilarinho do Bairro, porque esta escola aqui é do Parque Escolar e, portanto, não entram neste pacote e distribuimos esse montante pelos nove meses que faltam e, portanto, este contrato de delegação de competências no Diretor é no fundo para já até ao final deste ano civil, para que efetivamente a escola possa continuar a assumir os encargos financeiros no que diz respeito à parte de energia, comunicações, etc, porque na parte da refeições e nas AECS eles continuarão a receber o dinheiro do IGeFE diretamente. No final do ano civil, provavelmente, teremos de ter um novo contrato com os valores ajustados, porque em princípio já terá o Município a seu cargo o encargo. O contrato com a energia, com as comunicações, etc, o contrato com a refeições e o contrato com as AECS, portanto, aí já passará para o Município, mas logicamente que o Agrupamento tem que continuar a assegurar a questão do pagamento



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de funcionários com a transferência do dinheiro que chegar, aliás, eles não vão pagar aos funcionários, quem paga aos funcionários somos nós diretamente, eu estava aqui a cometer este lapso, até porque já este mês assim aconteceu, portanto, fomos nós que processamos os vencimentos e, portanto, apenas enviamos os recibos para a escola. Mas pronto há determinadas verbas que, obviamente, o Agrupamento não pode ficar sem qualquer apoio relativamente a esta situação, até para questões de mero expediente ou pura e simplesmente, porque na parte nomeadamente dos computadores há uma parte de computadores que fica por conta da escola. Há uma parte computadores que fica por conta do Município. Espero que por conta do Município fiquem os melhores e que eles tratem da outra parte. Mas pronto, são estas pequenas questões, mais a questão da manutenção no imediato que é necessário, por uma questão de agilização dos meios continuaremos, se efetivamente também a Direção e o Agrupamento assim também o entenderem e penso por uma questão de agilização, obviamente que é de bom-tom que ele continue a manter-se. -----

----- Porque é que eu digo que há derrapagens. Quem esteve na Assembleia Intermunicipal ouviu o meu colega de Aveiro dizer que só em Aveiro e que já tiveram as competências e já as receberam no ano passado, tem mais um milhão e tal de euros de derrapagem. Nós não teremos esse montante porque, enfim, temos menos alunos, mas dou-vos um exemplo, dizemos que as AECS custam setenta e seis mil e qualquer coisa euros, quando na verdade hoje eles estão a pagar às AECS noventa e tal mil euros mais IVA, portanto, porque é que dizem que são setenta e seis, se afinal hoje, à data de hoje estão a pagar noventa e tal mil euros? Derrapagem. Noventa e nove mil. Se nós temos consciência que o concurso de refeições, promovido pela DGEST à escala da Região Centro, tem um valor de refeição, de custo refeição de um euro e noventa e cinco, obviamente que à escala dos Municípios nós não vamos ter esse valor e já sabemos que os colegas que têm concurso de refeições, concursos públicos, não tem esses preços, portanto, logicamente eles estão a fazer as contas a um euro e noventa e cinco e não ao custo real da refeição à data de hoje, com toda a inflação e ainda por cima com menor escala que cada Município vai ter e, portanto, neste momento, vamos trabalhar de forma individual, Município a Município e esperamos e estamos a trabalhar no sentido, de eventualmente e será um assunto a discutir numa próxima reunião da Comunidade Intermunicipal constituir um agrupamento de entidades adjudicantes e fazer um concurso se possível para, enfim, para as várias escolas da região para ganhar escala e termos preços mais aceitáveis e, portanto, esta é a realidade, tendo nós consciência que há valores que efetivamente estão a derrapar significativamente, toda a gente sabe que o custo da energia aumentou abruptamente e, portanto, os encargos com energia são efetivamente muito superiores àquilo que eles pagam hoje, e sabendo obviamente também que as coisas vão tendo o seu desgaste e que a escola precisa de manutenção e por aí fora. Claramente há uma derrapagem significativa, não conseguindo eu avaliar hoje de todo e com exatidão, porque nós ainda não fizemos o concurso de refeições e, portanto, não sabemos qual vai ser o diferencial em relação ao valor praticado pela DGEST e pronto, e para além de toda a parte de



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

investimento que nós temos de ter para nos adaptarmos, obviamente, para esta nova realidade, novas plataformas, incorporar esta ligação da escola à nossa plataforma para o processamento dos vencimentos, depois para os cartões dos alunos, enfim, das refeições e por aí fora, tudo isto são custos que no dia à dia vão chegando, para que efetivamente as coisas decorram depois com toda a normalidade, sendo que, gradualmente, há estas matérias que vão sendo trabalhadas com o Município. A questão do concurso das refeições já está a ser trabalhado, a questão do concurso das AECS está a ser trabalhado, tem que ser promovido, obviamente, tem que ser lançado para que no início de setembro já seja o Município, obviamente, com a assunção desse compromisso e o resultado do concurso veremos e a derrapagem depois, enfim, quando tivermos os valores exatos, aí sim vamos conseguir ter uma avaliação mais exata dos valores e do défice que está em causa. Diz o Senhor Ministro das Finanças que os Municípios vão receber mais, pois vão, o Orçamento de Estado tem um défice relativamente aos fundos para o Município, nós vamos receber menos, os Senhores Presidentes de Junta até vão receber um bocadinho mais, portanto, aí ganham as Freguesias, mas se juntarem aquilo que é o bolo das transferências de competências com o orçamento, logicamente que vamos receber mais, só que há défice nas transferências de competências e há défice nos fundos. Ponto final, o bolo vai ser maior, mas o défice também já por si, já é significativo e posto isso é o que, no fundo, tenho neste momento para vos informar relativamente a este processo. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, portanto eu agora vou dar a palavra ao Senhor Deputado João Gaspar. -----

----- **Senhor Deputado Municipal João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Ó Senhora Presidente eu percebi, penso que a Senhora acabou de afirmar há bocadinho que já passaram várias, portanto, várias transferências de competências em várias áreas e eu penso que da área da justiça, continuamos numa completa nulidade, se elas foram transferidas nós nem sabemos o que é que foi transferido. Penso que estamos aí estamos nessa situação, porque é uma coisa completamente em branco. Se elas foram transferidas nós desconhecemos o que é que foi transferido, porque penso que nem o Ministério da Justiça sabe o que é que poderá transferir para a área dos Municípios. Penso que estamos nessa situação, não é verdade? Ora se não houve nenhuma alteração em relação a isso, era só essa pergunta que eu queria concretizar. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, queira responder Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Sim eles não sabem e nós também não. É na justiça, nas vias a desclassificar, de certa maneira na habitação, conseguimos alguma coisa no património, como sabem na questão dos SLATS, mas nem toda a gente tem conseguido, enfim, a trabalhar nesta matéria, mas pronto, está muita coisa em branco. Quem tem portos também não sabe muito bem como é que é e os outros têm praias e tem tudo, mas quer dizer tudo muito na dúvida, obviamente, de como é



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que isto, enfim, o que é que está delegado. Sabemos a questão é das multas estacionamento, essa parte e nós aí também estamos aqui a investir na plataforma, enfim, para receber o dinheiro, pese embora toda a pressão que temos da parte da GNR porque, enfim, temos que estar a receber o dinheiro das pessoas e os autos, porque depois os autos é a Câmara que os vai receber, somos nós que vamos ter que notificar as pessoas, portanto, ficamos com este ónus, de notificar as pessoas para pagarem, aquelas que não pagarem na hora e as execuções fiscais que depois tiverem que acontecer e por aí fora e neste momento, enfim, trabalhando nestas plataformas, coisa que eles já queriam que nós tivéssemos a receber por transferência bancária. Nós dissemos que por transferências bancárias não, se não começa-nos a cair o dinheiro e nós não sabemos se é de Manuel ou do Joaquim e a que é que diz respeito e, portanto, a trabalhar numa plataforma própria, que o Ministério da Administração Interna também está a validar os dados e também não percebo porque é que demora tanto tempo para validar no chamado Scott e pronto, mas também, enfim, as coisas vão andando. Não estamos a receber essa receita que também não chega para pagar ao funcionário que há de estar obviamente a receber os autos, a enviar as cartas e por aí fora, porque depois essa receita é para dividir, como sabe. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, vou dar a palavra ao Senhor Deputado Carlos Correia, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Carlos Correia, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente, por uma questão de celeridade na sua excelentíssima pessoa apresento cumprimentos a todos os presentes e aos que estão ou que estiverem a ouvir-nos online. -----

----- Anadia na qualidade de Município convidado da Bolsa de Turismo de Lisboa aí divulgou, no meu entender, exemplarmente muito do que de bom existe e se produz no nosso Concelho, nomeadamente a nível da vitivinicultura, do enoturismo, do desporto, das termas e da gastronomia. Assim e porque irá decorrer já no próximo mês de junho o festival Anadia de Paixões, composto por vários eventos relacionados com o setor vitivinícola e que inclui a Feira da Vinha e do Vinho, este ano com um cartaz extremamente aliciante, no sentido de levar a uma forte participação popular, benéfica para o Município e certamente do agrado dos munícipes, gostaria que a excelentíssima Senhora Presidente nos transmite: primeiro o feedback que recebeu dos intervenientes, visitantes, colaboradores, entidades públicas e privadas que visitaram espaço Anadia Terra de Paixões na BTL e depois quais as expectativas do Executivo sobre o Festival Anadia de Paixões, com as já anunciadas alterações à forma como tem decorrido nos anos transatos a Feira da Vinha e do Vinho. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, quer comentar Senhora Presidente? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Eu diria normalmente quando estamos em festa o feedback é sempre positivo, mas na realidade e para quem esteve todos aqueles dias e, nomeadamente, os nossos colaboradores e o Engenheiro Jorge Sampaio que acompanhou e vocês que estiveram e que puderam presenciar, obviamente, que eu acho que nós estivemos de uma forma muito digna e, de facto, eu acho que Anadia se elevou com a sua apresentação e a forma como se mostrou ao país e ao mundo, no registo tivemos na BTL e, portanto, eu acho que por todas as manifestações que nos chegaram, obviamente que o resultado é positivo e se calhar também causando alguma inveja até a outros colegas, nomeadamente da região, porque, enfim, acabam por estar um bocadinho mais de uma forma mais sóbria, um bocadinho mais apagado, naquilo que deve ser efetivamente a valorização da nossa região e, portanto, claro que o mais importante é aquilo que as pessoas registam naquele momento, mas que obviamente o recordem e vir um dia a Anadia e poderem vivenciar e experimentar, obviamente, tudo aquilo que nós temos para oferecer. -----

----- Relativamente ao festival Anadia Paixões e antes disso, eu recordava já que no próximo fim de semana de sete e oito, nós temos um evento aqui também muito importante para os nossos produtores, que é "O Aqui há Bairrada" que irá decorrer no pavilhão municipal, numa parceria que temos com a Comissão Vitivinícola e que também foi do conhecimento do Executivo Municipal e que estamos efetivamente a apoiar e, obviamente, será também o momento alto para os produtores da nossa região e também para a parte da restauração e do enoturismo que queremos efetivamente continuar a promover e que vai ganhando cada vez mais espaço nesta questão do turismo. -----

----- Depois o Festival Anadia Paixões, obviamente num registo diferente e com uma série de eventos que vão acontecer durante o mês de junho, juntando várias iniciativas como já tivemos em anos passados e que neste mês de junho, efetivamente, iremos concentrar e, portanto, que irão, enfim, acontecer em diversos momentos, envolvendo também os nossos produtores. -----

----- A Feira da Vinha e do Vinho é se calhar o evento mais marcante aberto a todo o público em geral e logicamente marcado pelo cartaz que já é conhecido. Hoje mesmo em reunião de Câmara, portanto, fizemos a adjudicação da empresa que ficará responsável pela montagem, obviamente, deste certame e da contratação dos artistas e dos palcos, etc, e, portanto, eu acho que as pessoas também estão ávidas deste momento e de, enfim, de confraternizar e de termos novamente esta experiência de socialização e também as nossas associações, sejam elas as sociais, desportivas ou culturais, obviamente com vontade de regressarem a este evento, a marcarem presença e, de facto, também se mostrarem e mostrar efetivamente também toda a sua atividade ou todo o seu produto cultural, portanto, acho que se São Pedro estiver do nosso lado, temos todas as condições para que seja, de facto, não será uma semana, mas cinco dias diferentes, portanto, que marcarão certamente mais este certame da Feira da Vinha e do Vinho no seu todo. -----

----- O Festival Anadia Paixões seguindo-se os campeonatos europeus do ciclismo, estendendo até ao mês de julho e, portanto, teremos três grandes campeonatos que irão decorrer no nosso



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Concelho, portanto, basicamente temos, enfim, os hotéis cheios já no próximo fim de semana, enfim, com todas estas provas e estes eventos que vão acontecendo, felizmente, são muito importantes também para a nossa hotelaria e para a restauração que estão preenchidos. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente dou a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente. Senhora Presidente permita-me também acompanhar uma certa apreensão que este processo da transferência de competências no fundo acaba por gerar, tendo em conta toda esta derrapagem e isto é previsível. Eu gostaria só de lhe colocar duas questões. A primeira tem a ver com as AECS que foi uma questão que já aqui coloquei e a Senhora Presidente disse que muito provavelmente o modelo se iria alterar e a questão que eu lhe coloco novamente é se essa alteração será para melhor, face a esta derrapagem está prevista, não é, porque isto no fundo acaba por condicionar um pouco a sua ação. Por outro lado, também deu-nos aqui uma informação pertinente, porque muitas vezes temos falado da falta de relatórios relativamente ao processo de transferências, como é que eles estão a decorrer e, pelos vistos há informação ou feedback de que em Aveiro houve uma derrapagem julgo que de um milhão e meio de euros. Acho que foi esse o valor que a Senhora Presidente referiu, o que eu lhe perguntava sobre esta matéria e uma vez que referiu que o Senhor Ministro diz que vão receber mais, é se já houve alguma iniciativa por parte do seu colega de Aveiro a transmitir, no fundo, este valor, esta décalage e se recebeu alguma coisa, entretanto, sobre a oportunidade de já ter recebido, ser contactado para solucionar a esta matéria. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, faz favor Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Ainda em complemento à anterior informação, esqueci-me de dizer que também nos primeiros dias de julho teremos o concurso internacional e a mostra nacional de espumantes, que complementam o Festival Anadia Paixões. -----

----- Ó Senhor Deputado é assim, eu não disse um milhão e meio, mas sei que é mais que um milhão, porque não sei o valor exato que o meu colega referiu na Assembleia Intermunicipal e, portanto, os colegas que estiveram presentes também ouviram. O que ele fez ou não fez eu não sei dizer, obviamente, ele também não partilhou e também não me cabe a mim, obviamente, e nem sequer a ele ter que estar a descrever tudo aquilo que ele faz ou não faz. Agora dei esta comparação porquê? Porque Aveiro e provavelmente Águeda que já tinha, provavelmente Oliveira do Bairro que já tinha e provavelmente a Mealhada que já tinha a delegação de competências, já tem mais presentes essa derrapagem, porque já tinham contratos assinados e, portanto, no final de um ano conseguem avaliar as coisas de uma forma diferente. Nós estamos a começar e a fazer este caminho. Agora o que eu tenho a certeza é que o valor está certo para os funcionários, para o resto não está. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Quanto às AECS o que lhe posso dizer é nós se já temos consciência que existe esta derrapagem, não nos podemos também armar em heróis e vamos cá fazer e não sei quê. Não nós temos é que ter a capacidade de inovar e com o mesmo dinheiro e sem grande derrapagem, tentar fazer diferente, que é isso que nós queremos fazer. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra ao Senhor Deputado César Andrade. ----

----- **Senhor Deputado Municipal César Andrade, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Mais uma vez boa tarde Senhor Presidente da Mesa e Senhora Presidente da Câmara Municipal, eu apenas eu não me quis substituir nenhum Presidente da Junta, porque já não o devo e nem o quero fazer. Acima de tudo moro no Concelho de Anadia e defendo a zona do Concelho onde mais me identifico, que é Avelãs de Caminho. Acima de tudo isso. Neste ponto e continuando com o assunto da requalificação do Rio Cértima, de certeza que a Câmara Municipal vai entregar um projeto á APA. Porque se não a Câmara não pode intervir. Neste projeto era bom que a Câmara Municipal ouvisse as partes para uma vez mais, não cometer os mesmos erros que cometeu há uns anos atrás com a demolição de parte das represas. É isso que eu quero e também não custava nada à Câmara, entre aspas, se as reconstruísse novamente, uma vez que foi a Câmara que as destruiu. Era uma mais-valia para a população de Avelãs de Caminho e para o Concelho e a Câmara acima de tudo ficava bem vista neste assunto, uma vez que as destruiu e agora as reconstruía. Apenas isso. Só queria um esclarecimento dessa parte, não estou nem contra nem a favor de ninguém, apenas era isso que eu pretendia. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, queira responder Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- O Senhor Deputado sabe que aquilo que foi feito no passado foi feito no passado. Se nós quisermos hoje reconstruir essas represas a própria ARH não o permite. Tem consciência disso? Se efetivamente um particular, ou seja, a Junta de Freguesia o quiser solicitar à APA e que tenham ajuda para o fazer, façam. O que eu também lhe disse é que com este projeto e apesar de sermos nós os pagantes do projeto, quem o vai aprovar é a APA, ponto final e a APA é a senhora e dona, obviamente, e a gestão, nomeadamente, do rios e era quem devia intervir e, portanto, aquilo que no fundo estão a fazer é mais uma vez tornar-nos prestadores de serviços, que é vocês ficam com este dinheiro, mas vão fazer conforme nós dizemos que é para ser feito. Quer a gente concorde ou não, mas temos de seguir aquela regras, se eles nos dizem que os taludes tem que ser tratados daquela maneira, que o leito do rio só pode ser limpo daquela maneira, temos que seguir as regras, aliás, a obra há de ser por concurso público, como foi o caso de Levira e a fiscalização é deles ponto final. Nós podemos acompanhar como acompanhámos, nós, Anadia e Oliveira do Bairro, também, nesta intervenção do Rio Levira, mas a fiscalização principal é da ARH, ponto final e, portanto, aí não tenhamos dúvidas, são eles que mandam, são eles que pagam, através do Ministério do Ambiente e para já não há mais



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dinheiro do que esse, poderá vir a haver mais dinheiro, nomeadamente do Fundo Ambiental, do POSEUR eu tenho dúvidas até porque o POSEUR vai acabar, enfim, esses dinheiros e essas participações vão integrar outros fundos, mas, na verdade, nós não somos senhores e donos de poder dispor daquilo que entendemos que é o melhor. Eles têm as suas orientações e eles é que vão dizer, nós só aceitamos que seja feito isto e desta maneira, ponto final, portanto, a Câmara não tem autonomia, obviamente, por muito que tente e se esforce de dizer, mas nós, das duas uma, ou dizemos não se vocês não fizerem assim aqui não fazem nada. Só se tomarmos uma posição dessas ou tudo ou nada e ficamos sem nada, como é óbvio não é, portanto, não há grande volta a dar sobre essa matéria e como lhe disse trezentos mil euros para limpar cerca de vinte quilómetros de extensão, de Anadia à Mealhada, não vai sobrar grande dinheiro, como é óbvio não é? -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Vou dar a palavra ao Senhor César Andrade, que era par? Sim, pediu a meio. Pronto OK, então vou dar a palavra ao Senhor Deputado Fernando Barbosa, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Fernando Barbosa, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Esta observação ou esta intervenção é dirigida à Senhora Presidente da Câmara e é diz o seguinte: nas grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e vinte e dois e anos seguintes está prevista a requalificação do Centro de Saúde de Anadia a necessitar efetivamente de obras com alguma brevidade. A verba prevista é significativa, um milhão e duzentos mil euros, sensivelmente, só em dois mil e vinte e dois. Neste momento, prestes a entrarmos em maio, aparentemente não terminaram ainda as obras de requalificação do posto da GNR, que não são da responsabilidade da Câmara, julgo eu, não sendo possível a Escola Secundária entrar também em intervenções de adaptação, para nela poder funcionar temporariamente o Centro de Saúde. O que nos pode informar a Senhora Presidente da Câmara sobre este encadear de situações e constrangimentos, não se correrá o risco de em dois mil e vinte e dois não se chegar a iniciar as obras de requalificação do Centro de Saúde de Anadia? Já agora aproveito para questionar também, há bocadinho fiz uma intervenção elogiosa, mas fiz uma sugestão é que, eventualmente, a Assembleia Municipal e a Câmara, naturalmente a parte do Executivo é sempre da Câmara, pudesse participar num programa comemorativo dos cinquenta anos do vinte cinco de Abril. Não teve oportunidade de me responder, não sei se tem condições de o fazer, mas aproveito para lembrar essa sugestão que fiz há pouco na intervenção anterior. Muito obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Obrigado Senhor Deputado. Faz favor Senhora Presidente quer informar? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- As comemorações do vinte cinco de Abril têm sido sempre da responsabilidade da Assembleia Municipal que tem liderado este processo e, obviamente, como o orçamento é um só o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, falo pelo presente e também pelo passado, enfim, articula as despesas com a Câmara Municipal, como é óbvio e, portanto, tudo aquilo que



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

é feito fazemos sempre na devida articulação. Se assim a Assembleia Municipal também o sugerir, obviamente que a Câmara Municipal nunca se irá recusar a fazer parte das comemorações, sempre o fizemos, estivemos e muitas vezes também com outras iniciativas que promovemos e que tentamos obviamente articular com o próprio programa da Assembleia Municipal. Eu espero cá estar no vinte cinco de abril de dois mil e vinte e quatro, obviamente, e comemorar os cinquenta anos do vinte cinco de Abril e os meus calhar, trinta e seis anos de casa ou se calhar ou mais, se calhar já trinta e oito, portanto, terei todo o gosto, obviamente, de participar. Eu e todos que é bom sinal, é sinal que estamos com saúde e estamos vivos. -----

----- Relativamente ao Centro de Saúde de Anadia, efetivamente a empreitada está suspensa, em articulação com o ACES do Baixo Vouga e com a ARS de Coimbra. Estamos a fazer as obras e estamos na fase de conclusão das obras para a mudança dos serviços do Centro de Saúde de Anadia para o primeiro piso da Escola Secundária de Anadia. A GNR está em baixo, provavelmente ainda vai continuar mais uns dias, isto porque ou muda já com o mobiliário que tinham ou então esqueceram-se que tinham que adquirir mobiliário novo e, portanto, ainda estão nesse processo, portanto, e há aqui uma, uma negociação que temos que fazer e, portanto, aí também ter uma audiência com a Senhora Secretária de Estado, porque, enfim, é o Orçamento de Estado, não há Orçamento de Estado, se se esqueceram do mobiliário ainda vão promover concurso, por quanto tempo, obviamente, é que vamos manter esta situação, até porque o quartel da GNR está praticamente concluído e, portanto, é mais agora a questão dos arranjos exteriores. Mas, pronto, houve aqui este desfasamento e precisamos de articular, mas isso não vai impedir que os serviços de saúde passem para o primeiro andar do edifício da antiga escola secundária, com entradas independentes e autónomas e com funcionamento autónomo, portanto, esses trabalhos estão a ser concluídos, esperamos, seria até meados de maio, que até final de maio que efetivamente haja a transição desses serviços e, pronto, e haja condições então de entrar com a empreitada no Centro de Saúde, portanto e a realizar as obras conforme previsto. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado, Senhora Engenheira. Damos assim por terminado o Período de Antes da Ordem do Dia e iniciaremos rapidamente o **Período da Ordem do Dia** que tem como **ponto um a apreciação da informação da Senhora Presidente da Câmara sobre a atividade da mesma, de acordo com o estabelecido na alínea c) do número dois do artigo terceiro do Regimento.** Quer intervir Senhora Presidente? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Só para dizer que de facto esta informação tem menos páginas, mas de facto, como ainda não há muito tempo tínhamos tido uma Assembleia Municipal e quase todos os serviços tentam efetivamente, e é uma preocupação elencar tudo aquilo que fazem no dia a dia, mas entendemos que, dado o curto período de tempo, no fundo, esta informação era a crescer a toda a informação que já vinha da anterior Assembleia Municipal e, portanto, destacando ou dando mais ênfase, efetivamente, àquilo que não tinha sido enunciado na anterior informação,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

portanto, daí a explicação do menor número de páginas, mas com muito maior atividade, logicamente, por todas as razões e mais algumas e sobre questões que já foram aqui abordadas e que neste período exigiram ainda mais de muitos dos serviços técnicos e, obviamente, também do próprio Executivo Municipal. -----

----- Não é por acaso que ainda no mês de abril tivemos reuniões extraordinárias porque, de facto, os pontos são muitos, as matérias a tratar são diversas e, obviamente, temos que fazer todo este trabalho e este caminho para ir respondendo às diversas questões e dando respostas.

----- Portanto, qualquer questão estou à vossa disposição, qualquer dúvida que tenham relativamente a informação que foi prestada. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado, senhor Presidente. Senhora Presidente relativamente então à informação emanada da atividade da Câmara Municipal, registo aqui dois pontos, um tem a ver com a informação que já se encontra adjudicada e a iniciar a empreitada da requalificação ambiental paisagística da zona do Monte Crasto. A vinte sete de dezembro, na sessão de vinte sete de dezembro de dois mil e vinte e um, a Senhora Presidente referiu que esta obra será acompanhada pela Direção-Geral da Cultura do Centro, uma equipa de Arqueologia e sobre esta matéria a questão que lhe deixo até podem ser duas questões, era se sempre vai continuar a avançar sem o esclarecimento, porque ainda há pessoas que não percebem bem qual é a intervenção que vai ser feita e a segunda é se este acompanhamento da equipa de Arqueologia foi feita antes, será mesmo só durante ou se, caso tenha sido feito antes, se emanaram deles algumas informações que possam ter promovido uma alteração ao projeto? Por fim já depois da última sessão desta Assembleia Municipal foi do conhecimento público que a Quercus participou a um de março da consulta pública da expansão da zona industrial de Amoreira da Gândara, no fundo integrada na avaliação de Impacto Ambiental promovida pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, emitindo por esse meio um parecer desfavorável colocando em causa os vinte e três hectares da Reserva Ecológica Nacional e alegando que a avaliação de impacto ambiental no fundo estaria reduzida a uma formalidade feita a posteriori. O que lhe pergunto no fundo de uma forma sucinta e atendendo até ao problema que já surgiu anteriormente na mesma zona industrial, apesar dos anos que demorou a sair a ser emitida uma opinião até. Que implicações é que isto poderá resultar no fundo na concretização do Plano de Pormenor que nós aprovámos aqui e que a um termo deverá ser desenvolvido, porque o nosso Concelho efetivamente precisa desse Plano para dar aquele impulso que é o desenvolvimento económico tão necessário. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Queira responder Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Eu no vinte cinco de Abril fiz uma reflexão com um poema de Ary dos Santos e em que diz isto, no fundo é vamos andando, um passo atrás são dois à frente. E é um bocadinho em tudo aquilo que vamos fazendo, para dizer que relativamente à requalificação ambiental, já hoje de manhã frisei isto, ambiental e paisagística do Monte Crasto ela há de prosseguir, de acordo com as orientações que nos foram dadas pela Direção Regional da Cultura do Centro, entidade que temos que seguir na obediência das respetivas orientações e pareceres, com a equipa de arqueologia a acompanhar e, portanto, tudo aquilo que tiver que ser feito e tiver que ser apresentado é isso que tentaremos fazer. Perguntam se houveram alguns ajustamentos, sim, os ajustamentos eu posso-lhe dizer em quê, por exemplo as infraestruturas elétricas para iluminação do Monte Crasto. Como aquilo era um rasgozinho assim para fazer, para meter o cabo, em vez de estarmos a fazer esse rasgo, vamos tentar ainda nivelar ou seja, em vez de abrir, vamos meter mais camada a levantar o pavimento que é para nivelar e, portanto, não andarmos a tira daqui e mete acolá, metemos material e não escavamos e colocamos o tal fio de eletricidade para conseguimos iluminar. São estas pequenas questões que tivemos que ajustar, porque na memória descritiva ou nas medições falava lá em abertura de vala, então punha-se a questão o que é que é isto? Tivemos que explicar e tivemos que ajustar a conversa para que não houvessem dúvidas relativamente aos trabalhos que vão ser realizados. E há de haver o acompanhamento da equipa de Arqueologia, com a metodologia que for determinado e que é determinada pela Direção Regional de Cultura do Centro e, portanto, sem correr riscos, prosseguiremos com a empreitada dentro daquilo que for possível e esperamos, obviamente, que assim se conclua e, no final, como hoje de manhã dizia que haja ainda a possibilidade de fazer o tal Centro Interpretativo do Monte Crasto e que o mesmo venha efetivamente a contar a história do Monte Crasto. -----

----- Sobre a Quercus e Amoreira da Gândara bom, a Quercus no último dia do período de discussão pública também veio fazer uma declaração, obviamente, é sempre no sentido já sabem qual é e pronto e faz parte, é na zona industrial de Amoreira da Gândara é na zona industrial do Paraimo. Aquilo que conseguiram na Amoreira da Gândara, conseguiram entre aspas, se calhar vão tentar fazer a mesma coisa no Paraimo, como tentam fazer em Vilarinho. Portanto, em todas as zonas industriais que o Município tenha, porque fazemos concorrência aos privados, nós temos que ter esta quase perseguição da Quercus. Faz parte, mas tranquilamente fazemos esse caminho e já agora só também para vos dizer que independentemente de todos esses processos, finalmente, também já temos a declaração da DIA, portanto, a Declaração de Impacto Ambiental que já foi emitida para a Amoreira da Gândara e que nos permite, enfim, continuar a fazer caminho. Lá está o tal passo atrás e dois passos para a frente, portanto, e é assim que vamos prosseguindo com todas estas questões jurídicas e técnicas, que às vezes são difíceis de perceber, até eu tenho dificuldade em perceber, mas, pronto, fazendo este caminho. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra à Senhora Presidente da Junta de Avelãs de Cima e Deputada Municipal Lúcia de Avelãs de Caminho, Caminho é de Caminho que o corrijo. Lúcia de Jesus faz favor. -----

----- **Senhora Deputada Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho, Lúcia de Jesus, do +PNT:** -----

----- Ora então muito boa tarde Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara Municipal de Anadia, Deputados, caros colegas de Juntas de Freguesia, Presidentes de Junta e restantes membros. -----

----- Senhora Presidente, portanto, foi com agrado que vimos a ampliação da rede de saneamento começar a ter início também em Avelãs de Caminho, que já estava anunciada, já intervida pelo menos numa rua, numa estrada, contudo, embora considere esta minha pergunta um bocadinho precoce, tenho noção disso, mas é meu dever questionar a Senhora Presidente, uma vez que também na segunda-feira fui questionada em reunião da Junta de Freguesia, sobre para quando a regularização do pavimento, porque está a causar alguns transtornos nas entradas de casas e ou é o pó ou é chuva ou é a lama. Foi uma das questões que me colocaram, portanto, e daí também a questionar. Um outro assunto e analisando aqui, portanto, estas obras adjudicadas e a iniciar, as empreitadas ou então em fase de procedimento concursal, não vi aqui nesta descrição mais uma vez a obra do Parque Cláudio Pinto, portanto, não está aqui espelhada a requalificação desse Parque, que foi o projeto ganho mediante a candidatura da OPA em dois mil e dezanove, portanto, para quando o início dessas obras o que é que nos pode elucidar ao responder. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Deputada, faz favor Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Avelãs de Caminho não tem uma empreitada, mas duas de saneamento, uma é a Rua da Prosperidade e que vai à Rua da Portela e depois a outra é o saneamento e água, portanto, que vai longo da nacional e mais os prolongamentos, enfim, até ao limite do Concelho certo, mas pronto, só para que fique claro são duas empreitadas em termos de saneamento. -----

----- Reposição de pavimentos, obviamente, que não tenho a resposta neste momento para lhe dar, cabe ao empreiteiro e no decurso das obras repor os pavimentos e penso que ele tem o tapamento das valas e, para já, é aquilo que fará a regularização das valas e penso que também tem betuminoso nas valas. Quando fará, quando se fará a reposição na globalidade, neste momento não lhe posso dar essa resposta, nem essa garantia, esperando, obviamente, em primeiro lugar que a obra decorra, está por conta do empreiteiro, tem um prazo, efetivamente, para a fazer e que corra tudo pelo melhor e que conclua efetivamente as mesmos. -----

----- Só há pouco não vos disse uma coisa e isto é para vocês refletirem: quando eu falei há bocado na tal empreitada que tínhamos de pavimentação, porque é que fizemos rescisão por mútuo acordo? É que nós tínhamos uma empreitada que foi a concurso por meio milhão de



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

euros, o empreiteiro ganhou por trezentos mil e, enfim, quando veio foi quase a chegar ao limite do prazo de conclusão da obra que era um ano. Veio alegar COVID, veio alegar a guerra da Ucrânia, veio alegar a inflação e por aí fora e a pedir o reequilíbrio financeiro e quando perguntamos qual é o valor de reequilíbrio financeiro? Ele que ganhou a obra por duzentos, por duzentos mil euros a menos, ou seja, não foi por os quinhentos mil, foi por trezentos e tal mil. Entretanto qual é o reequilíbrio financeiro? Além da revisão de preços que eles têm direito. E o reequilíbrio financeiro era setenta por cento da empreitada, ou seja, o que quer dizer que tínhamos, se aceitássemos o reequilíbrio financeiro e a possível garantia ou não que o empreiteiro continuasse a trabalhar, íamos para o meio milhão ou mais de meio milhão daquilo que tinha sido o preço base a concurso e daí a nossa a rescisão em termos desta empreitada. Com custos acrescidos agora, porque efetivamente o betuminoso está a outro preço, os combustíveis estão ao preço que estão e por aí fora e temos que ir negociando e com os procedimentos que se calhar dentro daquilo que a lei nos permite, nomeadamente ao nível das consultas prévias, para não nos cair cá qualquer outra empresa, que depois nos venha novamente complicar a vida, portanto, e a impedir que atempadamente, já não é atempadamente é já fora de tempo, temos tanta coisa que ficou por fazer, mais aquelas que vão surgindo, mas pronto é este trabalho que temos que ir fazendo esperanto também e acreditando que, enfim, os preços possam descer um bocadinho, embora já não voltem mais aos preços que eram há um ano atrás. -----

----- Sobre a requalificação do Claudino Pinto passa-se um bocadinho também a mesma coisa, a renegociar novamente as propostas que já tínhamos, é para o Parque Claudino Pinto e outras situações similares, porque efetivamente isto acontece-nos no dia a dia. Dificilmente encontramos um empreiteiro que queira dar preços e vocês sabem disso e o preço que deve ser o preço de amanhã, portanto, hoje não querem garantir porque não sabem o que é que pode ser amanhã e esta é a nossa dificuldade e novamente a renegociar as propostas para ver se efetivamente conseguimos ter, enfim, dentro do valor que foi aprovado, portanto, ter uma intervenção e que tem que ser efetivamente feita no verão, porque de outra forma não conseguimos mexer efetivamente na proteção daquelas margens. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, vou dar a palavra ao Senhor Presidente de Junta, agora sim de Avelãs de Cima e Deputado Municipal Manuel Veiga. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Manuel Veiga, do Grupo Municipal do MIAP, em substituição do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima:** -----

----- Boa tarde Senhor Presidente sou representante em substituição do Presidente de Junta José Manuel Carvalho. A minha intervenção é no sentido de certa forma da continuação do que vai acontecer após uma reunião onde ontem estive aqui presente nesta mesma sala, que é da vigilância florestal. Dar uma boa nota disto que de facto, ontem chegou-se aqui a um princípio de acordo com as Associações que tem feito esta vigilância florestal nas Freguesias de Avelãs de Cima, Moita e Vila Nova e, portanto, quanto importante isso é. Todos os anos desde que



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

começaram no âmbito do processo do orçamento participativo jovem, o que foi importante estas associações locais aparecerem e chegámos aqui a um princípio de acordo com elas. Isto é importante porque nestes anos todos tivemos, de facto, esta vigilância e não fomos castigados por nenhum foco de incêndio por aqui, aliado ao posto de vigia que está lá em cima no Moinho Pisco. Foi extremamente importante e por isso dar a boa nota disto e mais uma vez, de certa forma e também pessoalmente, ficar muito contente por isto ter acontecido nesta reunião que ontem aconteceu nesta sala. Passo também agora e logo de seguida a fazer uma intervenção escrita também do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima, que diz o seguinte: *"Na passada Assembleia Municipal após intervenção de representantes da população do Vidoeiro, ficou combinada uma visita ao local com a presença da Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal de Anadia e os Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos e Avelãs de Cima. A mesma foi realizada na segunda-feira subsequente com a presença dos três elementos referidos. Mais foi ainda ouvida uma parte da população local chamada a pronunciar-se, contudo, também com a presença de técnicos da Câmara Municipal. Contudo, contando também com a presença de técnicos da Câmara Municipal. Da mesma saiu a decisão de intervenção junto das empresas envolvidas se encontrarem soluções que minimizem os respetivos impactos da atividade realizada."* Fomos favoráveis ao decidido, só para dar boa nota. Tenho dito. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor representante da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima. -----

----- Assim sendo recebemos também um pedido de intervenção do Senhor Vereador da Câmara Municipal de Anadia, que não sei para que fim, isto no sentido de eu poder cumprir o preceituado no artigo trigésimo terceiro, ponto três, faz favor, não faz favor de me dizer ao que vem? É que o pedido de informações não são feitos aqui, o Senhor só tem aqui na Assembleia tem direito e passarei a citar o ponto número três do artigo trigésimo terceiro do RAMA: que diz os vereadores da Câmara Municipal podem intervir para o exercício do direito de defesa da honra, consideração do bom nome ou então por solicitação do Plenário, do Presidente da Assembleia ou do Presidente da Câmara ou o seu substituto legal ou quando invoquem o direito de resposta. Portanto, o que é que acontece, pelos vistos não será o caso, mas não quero com isto coartar nada, nem nenhuma opinião. Se quiser intervir junto ou para resposta ou para informação da Senhora Presidente no Executivo terá essa possibilidade. Está bem? Muito obrigado. -----

----- Vou dar a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Senhora Presidente fiquei com a ideia que provisoriamente o Centro de Saúde ou os serviços do Centro de Saúde irão ocupar o primeiro piso na Escola Secundária, certo? Ao qual estão a ser e pelo menos a informação assim fala, estão a ser precedidas algumas obras. Em termos de mobilidade reduzida está contemplado, será criado um elevador, não será? Como é que pensam resolver essa situação. Obrigado. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Senhora Presidente queira responder se faz favor. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Não é preciso nenhum elevador, porque a mobilidade está assegurada, portanto, as pessoas entram no piso e circulam num só piso, entram direto no primeiro piso, por isso eu disse há pouco que o acesso era independente, a GNR se continuar lá entra por onde tem entrado e os serviços de saúde entrarão diretamente no primeiro piso, portanto, não vai haver encargos com elevador e, obviamente, com energia necessária e com a manutenção também que se impunha. -----

----- Eu só temo e já agora se me permite Senhor Presidente só dizer isto, eu só temo é que depois e à semelhança do que aconteceu já com a GNR, é que depois de lá estarem não querem sair. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Não havendo mais inscrições para este ponto um da ordem do dia, passaremos então ao **ponto dois: Apreciação e votação do pedido de suspensão do mandato apresentado pelo Senhor Deputado Pedro Pina Ribeiro, do Grupo Municipal do PS, de acordo com o estabelecido no art.º 11.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia.** Neste pedido o Senhor Deputado eleito Pedro Pina Ribeiro, ao abrigo do artigo décimo primeiro do RAMA vem por este meio, neste caso, venho por este meio pedir a suspensão do meu mandato pelo período de um ano, a começar no dia um de março de dois mil e vinte e dois e até vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e três. Também com base nisto porei à disposição do Plenário alguma intervenção ou alguma observação que queiram ter. Faz favor Senhor Deputado Rui Bastos. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente a primeira questão como deve já estar a calcular será o porquê de não ter sido enviado o referido requerimento para análise, uma vez que isto prevê aqui uma ponderação da nossa parte e o Regimento obriga a que votemos o requerimento, na medida em que se a gente tem que votar tem que ver se está em conformidade, também do que é que diz o RAMA não é? Apesar do Senhor Presidente ter lido o seu conteúdo neste preciso momento. A segunda questão que lhe colocava e porque agora nós não temos essa capacidade de pesquisar e averiguar, esse período pode ser assim com essa antecedência ou um período que terá a contar apenas a partir de hoje, ou seja, a partir da sua deliberação, no fundo da sua aprovação, não é? Segunda, terceira questão ao ser aprovado hoje esta Assembleia passa a ser justificada pelo mesmo ou só passa a valer a próxima Assembleia. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito bem em resposta ao seu pedido relativamente ao pedido do Senhor Deputado, ele reporta e fixa, como aliás é regimental, fixa o período em que pede essa sua suspensão e, para além disso, nesta Assembleia, portanto, a partir do momento em que é aceite, poderá ter



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

assento nesta Assembleia, se estiver presente, o seu substituto legal. A partir do momento em que este ponto depois de ir a votação, seja aceite e votado favoravelmente, poderá o seu substituto tomar assento na Assembleia Municipal. Relativamente também ao tempo ele está tácito. De um de março a vinte e oito de fevereiro do ano que vem. Diga, diga. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Então aqui levanta-se outra questão, porque o ilustre Deputado que o vem substituir não é, já esteve presente numa Assembleia quando o prazo estava a decorrer nesta questão. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Porque isto está a ser agravado se calhar estará enganado Senhor Deputado. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Ó Senhor Presidente deixe-me enquadrar, o Senhor está a dizer que o prazo foi emitido, foi proposto, foi pedido a começar a um de março, não esteve presente o representante na do vinte cinco de Abril, não? O substituto? -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Dir-lhe-ei que sentou-se lá, aliás poderia pedir aí ao chefe de bancada do Partido Socialista e numa conversa que eu tive antes em que lhe expliquei estes motivos todos, também disse olhe, mas não vale a pena, isto é uma coisa é pode-se sentar. -----

-

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Eu não estou a perceber porque é que ele não está a participar da Assembleia, porque uma coisa era o Senhor Presidente estar-me a dizer assim: olhe ele no ponto dois, que é um ponto que realmente acaba por ser do seu interesse, não participa e tem toda a lógica não participar da votação desse ponto, não é? Agora não sei porque é que ele não participou nos outros pontos anteriores? E depois a questão não me respondeu. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Como é que ele pode participar se não foi aceite ainda o pedido suspensão do outro Deputado? -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Mas ele não pediu que se fizesse o substituir uma vez que não sabia? -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Pergunte aí ao seu colega de bancada que não do Grupo Municipal penso eu. Eu não sei o que é que o Senhor quer, já lhe expliquei o que o Senhor pediu, que tempo é? É este. Como é que é feita a substituição? É esta, se estiver presente. Caso não esteja presente, não está cá. --

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Ó Senhor Presidente também temos que levar em consideração que assembleias é que são justificadas, não é? Porque isto também a lei prevê a contagem do número de assembleias que pode dar falta. Eu só estou meramente a querer analisar a situação. Sim, diz que se o faltoso exceder as seis, as seis, as seis assembleias, as seis sessões, dá direito a perda de mandato. Penso que não estou a dizer nenhuma asneira, mas não é essa questão, não estou a forçar isso,



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

só estou a querer perceber primeiro, porque é que não nos foi enviado, porque isto merece análise e estão-nos a pedir uma análise para poder ser votado e depois estou-lhe a pôr algumas considerações, já que não estava a perceber. Se me diz que é de um de março. Eu vou naquilo que o Senhor Presidente está a dizer, porque teve oportunidade de consultar essa informação. -

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Esta foi a receção do seu pedido, do seu dele. Está aqui está, está datada de trinta do três de dois mil e vinte e dois, que foi levada à Mesa da Assembleia Municipal que aceitou a sua justificação. E que, portanto, porá ao Plenário. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Desculpe não percebi a data, datada de quando? -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- De trinta do três. Foi à Mesa da Assembleia que foi recebida. Recebida isto é rececionada para ou como é que eu hei de lhe dizer, para indicação para aconselhamento e para a análise da Mesa, mas foi, segundo o mail que foi enviado, foi um de março de dois mil e vinte e dois. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Mas pode-me dizer porque é que não enviou, só por curiosidade? -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- No enviei porque isto é um pedido é como agora estar a enviar para si, que foi substituído, um pedido de substituição de A, B ou C. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Ó Senhor Presidente desculpe lá o Regulamento prevê que a gente tenha que se pronunciar sobre essa matéria e não estou a perceber a sua alegação. Então se prevê que a gente tem que se pronunciar, acho que tem todo o cabimento que me seja enviada informação previamente para que nós poderemos inteirar do assunto. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Eu percebo isto, que isto a mudança de tempo dá muitas coisas, mas o que eu lhe estou a querer dizer Senhor Deputado de forma, o Senhor está aqui a fazer uma jogada qualquer. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- O Senhor é que se calhar está, está demasiado entravado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Nunca vos pus tão pertininho que vocês podem conversar. É um pedido a dizer assim, eu passo a citar. Eu vou lê-lo todo que é para que o Senhor depois não vote uma forma incorreta. *"Pedro Pina Ribeiro, Deputado Municipal eleito pelo Partido Socialista. Ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Anadia. Anadia um de março de dois mil e vinte e dois. Assunto pedido de suspensão do mandato pelo período de um ano. Enviado por correio eletrónico para a assembleiamunicipal@cm-anadia.pt. Excelentíssimo Senhor Presidente, eu ele Pedro Pina Ribeiro, ao abrigo do artigo décimo primeiro do RAMA, venho por este meio pedir a suspensão do meu mandato por o período de um ano a começar a um de março de dois mil e vinte e dois e até vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e três. Mais informo que o motivo*



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

desta suspensão se prende com questões profissionais. Com os melhores cumprimentos, sem mais e com os melhores cumprimentos. Pedro Pina Ribeiro e a sua assinatura.” Isto é um pedido, é um pedido que acho que não vou incomodar o Senhor Deputado a dizer olhe eu recebi aqui um pedido e o Senhor de quê? De suspensão de mandato. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Ó Senhor Presidente tem que me incomodar, se me está a pedir para eu me pronunciar, então também não o vou incomodar estar a votar, não é? O RAMA não prevê nesse mesmo artigo que referiu num outro ponto que nós nos temos que pronunciar sobre esse documento? Refere sim senhor, diga-me o que é que está na ordem de trabalhos? -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Por isso é que está instado aqui na ordem de trabalhos. E o senhor esteve na Comissão Permanente onde foi dito isso. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Senhor Presidente a ordem de trabalhos diz apreciação e votação. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Não sei se podem corroborar os Senhores representantes dos Grupos Municipais que isto foi tratado em Comissão Permanente que é ao fim ao cabo a ordem de trabalhos e ela foi apresentada na Comissão Permanente. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Mas não foi dado a conhecer o conteúdo. E aqui diz, tal como noutros pontos, que nos foi enviada informação, apreciação e votação. E eu só quero perceber porque é que o Senhor nuns manda a documentação para nós podermos observar e aqui não manda, não estou aqui a fazer nenhum filme, é só cumprir o Regimento. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Sabe que eu sou um indivíduo para a lógica, não sou para a conversa está a perceber? ----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Não sei para onde é que está a ir, eu estou a ir pelo Regimento, o RAMA prevê isso. Acho que não estou a dizer nenhuma coisa descabida, não é? O RAMA não prevê que nós tenhamos que pronunciar sobre isso? E o RAMA não prevê que tenham que estar incluídos certos pontos? E nós não temos o direito de nos podemos, no fundo, informar previamente? -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Para acabar a conversa só não percebo como o Senhor se inscreveu três vezes para uma coisa que não sabia o que é que havia de acontecer, que era a informação da Presidente da Câmara relativamente à atividade da Câmara. O senhor conhecia-a? -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- O que é que quer que lhe diga da atividade, faça-me uma pergunta, quer que eu lhe diga da atividade, nomeadamente esta questão do primeiro piso estava lá e outras questões que aqui foram colocadas e eu estou calado, estavam lá na informação. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- E o Senhor sabia tudo, não é? -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- O que está em causa não é o que eu sei, é o que eu tenho direito de saber, desculpe lá. Se o Senhor me disser assim olhe foi um lapso. Eu aceito e calo-me.-----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Não foi lapso nenhum. Muito obrigado Senhor Deputado. Dou a palavra ao Senhor Deputado João Gaspar. -----

----- **Senhor Deputado Municipal João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Ó Senhor Presidente só três perguntas. Primeiro, pressupondo que o Presidente da Assembleia não ia pôr o requerimento a votação se não estivesse estritamente dentro da legalidade, eu nem sequer me vou dar ao trabalho de contar os dias. Não sei qual foi o despacho que proferiu sobre o requerimento. Agora há uma coisa que eu só quero esclarecer uma dúvida. Depois do dia um de março só houve a assembleia do vinte cinco de Abril. Certo? A Assembleia de vinte e cinco de Abril. O Deputado que está a pedir a substituição foi substituído? Portanto, deu falta injustificada ou justificou a falta? -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Nada. Ele não tem que justificar a falta eu é que tenho de lhe dizer que não esteve presente. Ponto final. -----

----- **Senhor Deputado Municipal João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Ó Senhor Presidente eu tenho o direito de saber se falta foi justificada ou não porque isso conta para o RAMA. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Não houve justificação de falta, como é lógico. -----

----- **Senhor Deputado Municipal João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Então está tudo legal, pronto, não tenho mais perguntas a fazer. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Pronto e o Senhor é da área jurídica. Muito obrigado, dou a palavra ao Senhor Deputado Vítor Timóteo. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Muito boa tarde a todos, o meu pai não está cá, mas eu agradeço na mesma o cumprimento. -----

----- Ó Senhor Presidente eu realmente agradeço-lhe que não me incomode com estas coisas e que não faça toda a gente imprimir mais uma folha e que, sobretudo, não perca tempo com isto e eu vou ler o ponto número dois da convocatória desta assembleia. Apreciação e votação do pedido de suspensão do mandato apresentado pelo Senhor Deputado Pedro Pina Ribeiro, do Grupo Municipal do PS, de acordo com o estabelecido no artigo onze do RAMA. Acho que não é preciso mais nada, está aqui dito quem é que pede, o que é que pede e porque é que pede não está aqui, mas obviamente também isso não é importante. Acho que para esclarecimento de toda a gente o que está aqui na convocatória da sessão, é quanto basta. Estamos aqui a fazer o



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

quê, o que é que nós estamos aqui a fazer Rui? Estamos a fazer o quê? Fazer perguntas o que é? É perder tempo isto. Tenho dito. -----

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: -----

Muito obrigado. Senhor Deputado. Não ponha na minha boca aquilo que eu não disse ó Senhor Deputado, o Senhor começa a fazer tanga e eu não gosto de tangas. Olhe a minha idade, a minha idade já não está para seguir as suas tangas nem as suas curvaturas, vamos lá ter juizinho e respeito. Não foi nenhum lapso. É uma questão lógica. Ponto final. Se o Senhor não aceita, não aceita, mas não tem lógica. Pronto. Olhe que era conveniente até porque tinha olhe era bom senso, era bom senso. Portanto, meus Senhores. Alguém que queira também intervir nesta área e deste ponto sobre esta matéria? Não havendo perei à votação o pedido de suspensão do Senhor Deputado Pedro Pina. E que passarei já na primeira fila, quem vota contra, quem vota contra segunda fila, quem vota contra terceira fila, quem vota contra quarta fila. Quem se abstém: primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, Mesa. A favor: primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila e portanto, num universo de em pleno são trinta votantes, a Assembleia Municipal, no uso da competência estabelecida no art.º 11.º do seu Regimento – art.º 77.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro – deliberou, por unanimidade, com trinta e um votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar o pedido de suspensão de mandato apresentado pelo Senhor Deputado Pedro Pina Ribeiro, do Grupo Municipal do PS, pelo período de um ano, com início a 1 de março de 2022 e termo a 28 de fevereiro de 2023, que se encontra em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante.-

----- Aquando da votação não se encontrava presente na sala o Senhor Deputado Pedro Pina Ribeiro, do Grupo Municipal do PS. -----

----- O pedido de suspensão passará já a ter efeito imediato. Eu convido, caso esteja presente, o seu substituto legal para tomar assento na sua bancada. O Senhor Marcelino Rasga faz favor.

----- Quer é intervir, tem que se sentar se faz favor e depois faça esse pedido que nós já vamos tratar do assunto, porque esta coisa das lógicas, ilógicas e não sei quê. Eu nem sei se tenho que

----- Portanto, vou dar a palavra então ao Senhor Deputado Marcelino Rasga, faz favor. -----

----- Senhor Deputado Municipal Marcelino Rasga, do Grupo Municipal do PS: -----

----- Senhor Presidente da Assembleia, Mesa, Senhora Presidente da Câmara e respetivo Executivo, Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Junta, público e online que nos assiste também. -----

----- Só queria dizer que irei iniciar as minhas funções sempre com o pensamento que o Concelho é uma unidade fundamental e que os partidos têm a sua missão de trabalhar no sentido de enobrecer e valorizar as suas pessoas e os seus Municípios. Espero estar à altura durante este ano do mandato que o meu partido me transmite a partir deste momento, dizer á Senhora Presidente que tudo farei para acompanhar e enaltecer as suas ações. Criticar o que entenda não conveniente e, portanto, louvar no fundo este mesmo Parlamento. O meu obrigado até à próxima intervenção. -----

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Passaremos então ao **ponto três: Apresentação, discussão e votação dos documentos de prestação de contas, referentes ao exercício de 2021, bem como apreciação da Certificação Legal das Contas de 2021, conforme o disposto nos artigos 76.º e 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro (Estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais) e do Património do Município de Anadia.** Portanto, está à discussão do Plenário. Dou a palavra agora ao Senhor Deputado Victor Tavares, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Victor Tavares, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Boa tarde Senhor Presidente, boa tarde aos colegas de Mesa, boa tarde Senhora Presidente, boa tarde Senhores Vereadores, boa tarde colegas Deputados, boa tarde Comunicação Social, se estiver presente, boa tarde técnicos da Câmara e para quem nos acompanha via online nas redes sociais. -----

----- As contas do exercício de dois mil e vinte e um refletem o empenho, o rigor e a capacidade de adaptação do Executivo perante as dificuldades criadas pela pandemia COVID dezanove. Para além da pandemia também ter que viver com a inflação sentida, especialmente nos últimos meses do ano dois mil e vinte e um e que, como sabemos e sentimos, se tem acentuado em dois mil e vinte e dois. Mesmo perante esta conjuntura registou uma taxa de execução financeira das Grandes Opções do Plano que é que realçar. Em dois mil e dezanove, ano sem pandemia, oitenta ponto trinta e seis por cento. Em dois mil e vinte, ano com pandemia, oitenta ponto sessenta e quatro por cento. Em dois mil e vinte e um, ano com pandemia, oitenta e quatro vírgula vinte e quatro por cento, ou seja, mais três vírgula oito por cento do que em dois mil e dezanove. Realçando-se as funções sociais com seis vírgula oito milhões de euros e as económicas com dois vírgula dois milhões de euros. -----

----- Em termos de orçamento há que realçar a taxa de execução relativamente à receita, em dois mil e dezanove, oitenta e sete vírgula vendidas por cento, em dois mil e vinte, noventa e três por cento, em dois mil e vinte e um, noventa e seis vírgula zero três por cento. Mais oito vírgula um por cento do que em dois mil e dezanove, ano de não pandemia. -----

----- Em termos da despesa em dois mil e vinte e um a taxa foi de oitenta e sete vírgula zero nove por cento, ou seja, vinte e três vírgula um milhões de euros, evidenciando assim o rigor aplicado na elaboração do orçamento. -----

----- Também é de realçar o saldo de gerência que transita para dois mil e vinte e dois, no valor de dois vírgula nove milhões de euros, dos quais dois vírgula trinta e sete ou dois vírgula quatro milhões de euros, são do saldo de operações do orçamento. -----

----- A receita total aumentou catorze vírgula oitenta e sete por cento, mais três vírgula três milhões de euros do que em dois mil e vinte, totalizando o total de vinte cinco vírgula cinco milhões de euros. A receita corrente cobrada face à recente à receita corrente corrigida teve uma execução de noventa e nove vírgula setenta e quatro por cento e relativamente à receita de capital a taxa de execução foi de oitenta e três vírgula quinze por cento. Nas receitas próprias há que saliente salientar o seguinte. Apesar de os impostos e taxas estarem em



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

valores mínimos e até ter diminuído a participação no IRS de quatro para três por cento, no ano de dois mil e dezanove, a receita tem aumentado. A receita de impostos diretos aumentou cerca de seis vírgula seis por cento. O total de impostos aumentou de seis vírgula dois por cento relativamente a dois mil e dezanove, ano de não pandemia, evidenciando assim um bom indicador de que a economia do Concelho está a funcionar. -----

----- Em termos económicos e financeiros realça-se o seguinte. O total do ativo diminui derivado a algumas reclassificações em dois mil e vinte, fruto da aplicação do SNC e também pelo facto do aumento das depreciações, no entanto, há a realçar que o ativo corrente aumentou cerca de cento e trinta e um por cento, relativamente ao ano dois mil e dezanove, com enfoque ou destaque para a rubrica de caixa e depósitos. Em termos do passivo há a realçar que o passivo total diminui de dois mil e vinte e vinte para dois mil e vinte e um cerca de vinte ponto um por cento, ou seja, menos dois vírgula vinte cinco milhões de euros. O passivo a médio e longo prazo diminui cerca de trinta e oito por cento, da diminuição dos empréstimos obtidos no valor de quinhentos e quarenta e cinco mil euros e dos diferimentos que tem a ver com a concessão à E-REDES EDP, no valor de um vírgula nove milhões de euros. Relativamente ao passivo a curto prazo, nada de relevante a salientar, dado que registou um aumento de cerca de dois vírgula um por cento, representando cerca de cento e quarenta e três mil euros, valor este sem significado. -----

----- Em termos de receitas relativamente a dois mil e dezoito e dezanove, ano de não pandemia, em dois mil e vinte e um as receitas correntes aumentaram cerca de quatro vírgula oito por cento. As de capital, duzentos e dezasseis por cento. As receitas totais aumentaram dezanove vírgula um por cento, o que representa um excelente resultado, tendo em conta a restrições que a pandemia determinou. -----

----- Em termos de despesas relativamente a dois mil e dezanove, ano de não pandemia, em dois mil e vinte e um as despesas correntes aumentaram cerca de três vírgula dois por cento, as de capital, cerca de vinte cinco ponto seis por cento. As despesas totais aumentaram dez vírgula nove por cento. -----

----- Em termos de variação de saldos, de receitas totais, com despesas totais dos anos de dois mil e dezanove a dois mil e vinte e um, a evolução é positiva em cerca de oito vírgula dois por cento. Em termos resultados operacionais, estes são negativos, mas temos de ter em conta que o grande valor que está nas depreciações, depreciações estas que aumentaram bastante em dois mil e vinte, fruto da adoção do sistema SNC. -----

----- Posto isto passo a fazer uma breve análise de alguns rácios. Começo pelo rácio de autonomia financeira, sendo superior a zero ponto cinco, significa grande capacidade da entidade, neste caso o Município, para fazer face aos seus compromissos. Em dois mil e vinte o valor era de zero ponto noventa, em dois mil e vinte e um zero vírgula noventa e dois trinta e nove. Não há dúvidas que apresenta uma grande capacidade. -----

-----Solvabilidade. Em dois mil e vinte era nove vírgula seis, em dois mil e vinte e um doze vírgula catorze. Este valor sendo superior a um representa que o capital próprio é suficiente



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para fazer face às dívidas a pagar, portanto, o Município apresente um valor extremamente positivo. -----

----- Endividamento. Em dois mil e vinte zero vírgula zero nove, em dois mil e vinte e um de zero vírgula zero oito. Isto significa que o Município depende muito pouco dos capitais alheios. -

----- Liquidez geral. Em dois mil e vinte um vírgula zero seis, em dois mil e vinte e um vírgula doze. Este rácio deve ser superior a um e significa baixo risco para os credores e por sua vez boa capacidade financeira no curto prazo. -----

----- Liquidez imediata. Em dois mil e vinte zero vírgula quarenta e seis, em dois mil e vinte e um zero vírgula cinquenta e sete. Este rácio indica a capacidade em solver os compromissos de curto prazo com as disponibilidades. Não há valores ideais, mas o valor apresentado é aceitável ou equilibrado, isto tendo em conta que um valor alto pode significar falta de investimento ou de atividade. -----

----- Independência financeira. Independência própria se as receitas próprias representarem mais de cinquenta por cento das receitas totais. A receita própria é a receita total menos as transferências do Estado, menos os passivos, quer sejam de curto prazo, quer sejam de médio longo prazo. Em dois mil e dezanove registou setenta e um ponto trinta e sete sem efeito SNC. Em dois mil e vinte trinta e seis vírgula cinquenta e três, com efeito SNC, sem efeito SNC seria de sessenta e cinco vírgula oito por cento. Em dois mil e vinte e um quarenta e seis vírgula setenta e sete, com efeito SNC, sem o efeito sessenta e quatro vírgula quarenta e oito. Este efeito de SNC tem a ver com a norma contabilista de relato financeiro número catorze, no qual se registou diferimentos derivados da concessão da rede à E-REDES EDP. Perante o descrito os números não deixam dúvidas o Município apresenta independência financeira. -----

----- Concluindo a análise dos rácios pode-se afirmar que os valores mensurados nas contas do ano dois mil e vinte e um, apresentam um equilíbrio económico e financeiro muito positivo. -----

----- Também é de realçar o EBITDA, que não é mais do que os lucros antes de juros, impostos, depreciações e amortizações, pois em dois mil e vinte e um apresenta um valor de cerca de seis vírgula sete milhões de euros. -----

----- Em termos de conclusão verificou-se que apesar das circunstâncias vividas no exercício de dois mil e vinte e um com a pandemia e a inflação, o Município melhorou os seus indicadores relativamente aos exercícios de dois mil e vinte, bem como relativamente ao exercício de dois mil e dezanove e neste exercício não havia pandemia. O que demonstra o seu empenho e rigor. As demonstrações financeiras apresentadas e certificadas sem reservas, apresentam uma boa saúde financeira, pois é de realçar que não existe risco de liquidez, dado que o ativo corrente excede o passivo corrente em cerca de seiscentos mil euros. E termino Senhor Presidente e obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, dou a palavra à Senhora Deputada Graciete. -----

----- **Senhora Deputada Municipal Graciete Crasto, do Grupo Municipal do PPD/PSD: --**



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Eu primeiro que mais nada queria agradecer ao colega Victor Tavares ter feito a descrição de toda a atividade e de tudo o que é apresentado das contas da Câmara, porque evitou que eu fizesse o mesmo, porque estava a contar em fazer o mesmo, assim evito voltar a falar no assunto. -----

----- A única coisa que me preocupa aqui nas contas, portanto, não tenho nada a criticar a nível de contas, porque, portanto, a prestação de contas reflete a atividade económica e financeira da Câmara Municipal, mas uma das coisas que me preocupa a nível de Município é o investimento industrial e isso é que preocupa o Município, preocupa os Municípios, preocupa tudo porque Anadia a sul de Aveiro está muito atrasada a nível de investimento industrial. Nós temos muito pouco investimento industrial e eu penso e dava aqui a minha opinião que estava na hora de nós começarmos a fazer talvez uma campanha, fazer uma publicidade à zona industrial de Vilarinho, ver se realmente conseguimos arranjar mais empresas, para assim termos mais receita, melhores condições de vida para os Municípios, porque estamos a ficar um bocadinho para trás em relação aos Municípios vizinhos. -----

----- Depois tinha aqui estive a ler a atividade da Câmara e aqui no ponto oito onde diz que a assinatura do acordo de colaboração com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana que vai permitir a construção de trinta e três habitações. Eu queria perguntar à senhora Presidente se nesta assinatura, penso que não está, se a Câmara, se o Município está pensar em relação ao PRR, porque li sobre a carência habitacional o PRR através do Instituto da Habitação vão disponibilizar verbas de cerca de um vírgula dois milhões de euros de milhões de euros e queria perguntar à Senhora Presidente se entregou ou vai entregar alguma estratégia local para estas candidaturas, para que possamos a obter uma ajuda, uma ajuda do PRR, porque segundo consta o PRR para as empresas será cerca dois, dois e meio por cento, não sei o que é que virá para as autarquias, mas gostava de saber a nível de investimento industrial, o que é que a nível habitacional o que é que a Senhora Presidente, a nível deste ponto oito, para isso o que é que está a pensar em fazer. -----

----- Outro assunto também em relação a esta atividade é o ponto um. É sobre o investe Anadia. Eu acho que o investe Anadia está a necessitar de ser revisto. O regulamento está a necessitar de ser revisto, verifica-se que há algum comércio que adere ao investe Anadia, mas passado um tempo está a fechar. Os comerciantes queixam-se que os concorrentes concorrem a esse investe Anadia por norma não têm uma atividade nova, é tudo repetição daquilo que já está, que em vez de vir ajudar o Concelho vem prejudicar todos os que estão. Acho que estava na altura de ser revisto este regulamento para que assim possamos criar mais comércio, mas diferente daquilo que existe e não haver sobreposições de atividades. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Deputada. Quer responder Senhora Presidente? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Sim posso responder, embora eu acho que as perguntas que colocou saem um bocadinho fora do âmbito da discussão do documento. Pese embora estejamos, enfim, a debruçar-nos



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sobre aquilo que é a prestação de contas e a atividade do ano anterior, mas algumas coisas transitam e, portanto, nesse sentido, irei responder às situações se assim me permitem. -----
----- Relativamente ao investimento industrial é evidente que há muito investimento que está por aí, felizmente conseguimos captar outras empresas que estão dispersas e por outros sítios e que conseguimos efetivamente fixar no nosso Concelho, não propriamente nas zonas industriais, embora o Paraimo está mais ou menos composto, não temos lotes na zona industrial do Paraimo para vender. Na zona industrial de Vilarinho vai a concurso agora o último lote disponível para venda, temos é parcelas de terreno disponíveis e com alguns contactos também que estão a ser estabelecidos para a aquisição de outras parcelas de terreno. E na zona industrial de Amoreira da Gândara também neste momento nós não temos terrenos disponíveis. Agora, o que é certo é que mesmo que se queira ampliar qualquer uma das zonas industriais, esbarramos sempre no mesmo que é a maldita REN. No caso da Amoreira da Gândara andamos há mais de quatro anos para tentar desafetar esta questão da REN e sempre com esta perseguição que temos, com a Quercus sempre aqui à perna, porque, enfim, além da questão da REN que realmente é inacreditável como é que nós temos tanta REN e Concelho vizinho não tem, mas é a carta da REN que está provada, há de estar, enfim, outra a ser trabalhada, mas é aquela que temos, como se, enfim, os nossos solos, que são ricos efetivamente em água e outros recursos, obviamente os outros também não passa ao nível freático por baixo dos mesmos. Mas este e é algo que já há muitos anos que tem vindo a impedir efetivamente a construção nalgumas zonas e pronto, mas que também com alguns absurdos pelo meio, porque quando de facto se levantam estas questões relativamente até à Amoreira da Gândara. Porquê? Se há de escolher aquela zona para expandir na Amoreira da Gândara, mas porque é que passou uma autoestrada, que realmente é um foco de poluição e, na verdade, ninguém levantou qualquer questão da REN. Mas também vos vou dizer que a própria declaração ambiental tem lá um ponto que é fantástico, diz que os promotores dos investimentos devem ter algum cuidado com a emissão dos gases, porque podem causar acumulação de poeiras no pavimento da autoestrada. Bom, isto é ridículo, mas é dito pela os técnicos, enfim, das entidades, tão ridículo quanto isto, em primeiro lugar porque cabe à Comissão de Coordenação da Região Centro a fiscalização das emissões para o ar e, obviamente, a emissão das licenças o tal TEAR, obviamente cabe à CCDR essa mesma fiscalização. Portanto, parte-se do princípio que a fiscalização vai falhar e que se calhar até estamos aqui a pensar que há empresas que vão poluir para o ar e vão estragar o coitadinho do pavimento da autoestrada da REN, que não tem problemas nenhuns em passar em cima da REN, mas a zona industrial, obviamente, tem dificuldades em se expandir. Mas pronto esta é um bocadinho a nossa realidade e a dificuldade em expandir e também, obviamente, com terrenos vendidos e, de facto, ou foi a troika ou pandemia e, portanto, isto aqui um bocadinho com dificuldades, de facto, de as empresas andarem para a frente com a insolvência de algumas que, entretanto, enfim, já se transformaram e já estão os espaços ocupados e por aí fora, mas pronto, tem-se perdido algumas e ganho efetivamente outras e isso também é muito salutar para não termos também



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tanto espaços por aí desativados. E, portanto, isto referindo a zona industrial de Vilarinho estando a trabalhar em outras zonas, não propriamente nestes núcleos que há pouco falei, mas noutros, tal como nos permite agora esta alteração, esta última alteração do PDM, portanto, e a fazer esse trabalho no sentido de abrimos outras zonas para o investimento industrial e não esbarrar-mos, enfim, sistematicamente nesta questão da REN, mas há de haver sempre o momento em que alguém há de vir levantar qualquer questão. Estamos preparados, tem sido assim, mas pronto, é vida. -----

----- Sobre a questão da habitação. Nós fizemos a Estratégia Local da Habitação, a Estratégia Local da Habitação um documento que foi inclusivamente aprovado, teve participação comunitária, a estratégia foi definida de acordo com o diagnóstico também que foi traçado, obviamente que merece sempre uma atualização, porque passados alguns anos, obviamente que há agregados familiares, uns que já estão bem, haverá outros que pioraram e há de haver outros que, entretanto, se vão acrescentar a este volume de situações que já foram identificadas na própria Estratégia Local da Habitação. Mas de acordo com a estratégia que veio inclusivamente à Câmara e à Assembleia Municipal que foi quem aprovou a estratégia, estamos a trabalhar nos projetos de execução e, portanto, dentro de pouco tempo temos praticamente em fase de conclusão do projeto de execução e, portanto, iremos avançar e desde logo neste compromisso e articulado também com IRUN, que também já aprovou o dito projeto, no sentido de haver o financiamento garantido para a construção dessas habitações, sendo certo que no PRR haverá, supostamente se não falhar, a participação a cem por cento. Portanto e é este o caminho que estamos a fazer e há aqui um núcleo que irá avançar dentro de pouco tempo, no sentido de haver a candidatura e haver esse contrato de financiamento assegurado para a construção deste primeiro núcleo de habitações, tal como ficou definido na estratégia local de habitação. -----

----- Investe Anadia, enfim, há normas que foram sendo ajustadas, outras que vão sendo ajustadas. Relativamente ao regulamento e aos apoios foi deliberado em reunião de Câmara, portanto, promover a sua alteração, estão os mesmos a ser trabalhados e, portanto, dentro de algum tempo, depois de, enfim, de todos os requisitos e do cumprimento daquilo são as regras para a elaboração destes regulamentos. Hão de ir a discussão pública e depois à Assembleia Municipal, que se irá pronunciar sobre os mesmos, nomeadamente em algo que é tão importante quanto a questão das isenções e dos benefícios fiscais, em complemento de todas as medidas que já tomámos até agora. -----

----- Dizer só que isso é uma falsa questão quando dizem que efetivamente nós só estamos a apoiar sempre empresas iguais, isso é uma falsa questão, até porque esse é um dos critérios, obviamente que está sempre em cima da mesa e para quem vê a sua candidatura recusada usa precisamente o argumento ao contrário, mas é a vida, quer dizer os critérios estão definidos e, portanto, o investe Anadia não é propriamente para estar é precisamente para apoiar ideia jovens, ideias inovadoras, para apoiar os jovens empreendedores e, de facto, alguns tentam dar a volta à questão, enfim, mas dentro dos três possíveis apoios, alguns que conseguem e,



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

portanto, e é deliberado o apoio nas três vertentes, há outros que só levam duas, portanto, que essa avaliação em termos da inovação é um dos critérios que é efetivamente avaliado, portanto, isso que disse não corresponde efetivamente àquilo que pode passar, mas que não é verdade. Mas dizia eu à pouco é assim, o próprio comércio tem que se reinventar, é verdade e nós temos a noção que temos duas pequenas ou médias cidades, a média distância e, obviamente, a malta caminha para os centros comerciais, enfim, e para a concorrência, para outros preços e que põe em causa efetivamente aquilo que é o comércio tradicional. À parte de que também não se reinventam. Aquilo que eu dizia, eu lembro-me por exemplo de haver dois barbeiros em Anadia, hoje há não sei quantos barbeiros, bem se calhar tem outro nome, é boutique ou barbearia ou outra coisa qualquer, mas não deixam de ser barbeiros. É um bocadinho esta necessidade de ter ideias novas e, portanto, também ser um comércio mais atrativo. -----

----- Estamos também a trabalhar numa candidatura dos bairros digitais. Sabemos que não é para todos é só para alguns, mas corremos o risco, tem que ser para a sede do Concelho, mas, pronto, isso não é tudo e, portanto, acima de tudo o que as pessoas e o comércio de Anadia precisam é que as pessoas em vez de irem para fora fazer as suas compras, acreditem, obviamente no comércio local e apostem no comércio local. Isso é essencial à parte, obviamente, de cativar os outros que venham de fora também comprar e, portanto, quando há iniciativas que se promovem, efetivamente, traz gente para o Concelho, obviamente que a nossa vontade é que eles circulem pela ruas de Anadia, pelo comércio de Anadia, sejam mais uns, obviamente, a comprar e que fiquem satisfeitos, porque voltem novamente. Acho que, de uma maneira geral, respondi. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente. Darei agora a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos.

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente. Começo por elencar aquilo que habitualmente tenho trazido aqui, é que realmente este relatório de contas, às vezes o nome engana, pensamos que estamos a falar apenas da avaliação financeira e económica do Executivo, que é efetivamente, mas não só, porque se estende também à questão da gestão, como ela foi feita e das no fundo, um certo cumprimento das atividades que foram elencadas e que a dado momento nos foram aqui trazidas para nós, no fundo, alinharmos nesta visão que o que o Executivo tem para o Município. -----

----- Evidentemente que na questão económica contabilística não vou entrar em pormenores, até porque existe um relatório do auditor externo. Na questão financeira, tem que agradecer o papel do nosso colega Victor Tavares, porque realmente fez aqui um brilhante expansão de todos os critérios, no fundo, todos os a questão financeira foi muito bem explanada e deu-nos a conhecer um pouco o estado do nosso Município. É evidente que nós podemos olhar para estes indicadores e ter outras perceções, não é? Dou um exemplo, por exemplo, quando me disserem que a percentagem da despesa elevada, da execução da despesa elevada, é bom, mas quando ela vai ao encontro daquilo que a gente se propõe fazer, porque se a gente tiver a gastar, a



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

gastar em coisas inúteis a percentagem vai ser elevada na mesma, mas não terá se calhar, não vai perseguir os propósitos que nós inicialmente elencámos. -----

----- Para dizer que temos perfeita perceção que o ano que passou foi um ano complicado, foi um ano atípico e normalmente este ano a imagem do que aconteceu no ano anterior, ele tende a condicionar um pouco a estratégia, no fundo, e a ação da Câmara Municipal. Há esse reconhecimento, à reconhecimento também de aspetos muito positivos desenvolvidos pela Câmara Municipal em certas áreas, mas depois também temos que reconhecer que, mais uma vez, falhámos aqui nalguns pontos, pontos esses que são importantes e que foram em bom tempo elencados até, tendo em conta certos planos estratégicos ou de pormenor que foram elaborados e devidamente justificados como essenciais para, no fundo, alavancar o setor económico e dar resposta aos problemas sociais do Concelho. E é neste âmbito que temos que reconhecer também que ficou um bocadinho aquém de ser cumprido, não quer isto dizer que se vá sobrepor ao reconhecimento que é feito face a um ano difícil resultante dos efeitos negativos da pandemia. Mas há aqui áreas que nós temos que promover uma certa reflexão, temos que perceber porque é que a indústria ficou muito aquém, o investimento da indústria e da economia ficou muito aquém daquilo que devia ser, a própria habitação, o próprio turismo, porque se nós formos a olhar para o valor do turismo, maioritariamente aquilo reflete um investimento que foi quase o dobro ou mais que isso no Museu das Duas Rodas face ao que estava previsto, não pondo nada contra, mas poderá ter havido alteração do projeto, mas é preciso ter em atenção que naquela parte mais pertinente, que é na divulgação dos produtos, foi o que foi, não é? E de pouco adiantará a gente ter um Museu muitas vezes se não pudermos promover convenientemente a infraestrutura. -----

----- Perante isto, eu gostaria de lhe colocar algumas questões e pegava primeiro numa resposta que deu agora sobre o acho que foi a vinte e três de junho do ano passado que foi aprovado na reunião de Câmara uma proposta de acordo com o IHRU para o financiamento dos fogos previstos, em que o Município de Anadia apenas teria de assumir dez por cento, ou seja, duzentos e dezassete mil euros, se estiver errado, depois corrija-me por favor. No entanto ouvimos a Senhora Presidente dizer há bocadinho que está à espera de financiamento, não sei se é de celebrar acordo não é, mas está à espera de financiamento para dar andamento aos projetos previstos. Ora isto eu já lhe dei os parabéns em certos momentos em que a Senhora tomou a iniciativa de avançar com alguns projetos, nomeadamente, nas escolas sem que o financiamento tivesse chegado, a ideia que eu fiquei e corrija-me por favor, é que neste caso parece que enquanto não vier o dinheiro não se avançará os projetos, se estiver errado depois corrijam-me, por favor. Por outro lado, gostaria de lhe perguntar e até face aos valores que estão na indústria e economia, o que é que aconteceu com as intervenções que estavam previstas nas requalificações de zonas de instalações de atividade económica e não me estou referir ao espaço de atividades que estavam previstos para o Vale do Tordo ou para a zona económica do Vale Salgueiro. O que é que aconteceu, no fundo, que dificuldades é que teve que obrigaram aqui um investimento que se previa fazer, acabou por ficar num valor muito, mas



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

muito aquém do que estava previsto. Face isso, mas resta-me dar-lhe os parabéns, porque realmente o ano foi muito complicado e há que reconhecer que do ponto de vista social e noutras matérias, por exemplo em questões que nós temos defendido aqui por princípio, como estações elevatórias de saneamento, se estão recordados ou a questão até mesmo da própria água. Houve aqui um investimento e nota-se que é um investimento e há uma preocupação por parte do Executivo em tentar resolver estes problemas que são essenciais para o bem-estar da população. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Senhora Presidente quer comentar? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Em relação à habitação. Não é o IFRU, mas o IHRU, são coisas distintas, o IFRU é um instrumento financeiro para apoiar, enfim, os investimentos nas áreas da reabilitação urbana, o IHRU é a entidade que está envolvida nestes processos da habitação. -----

----- E, de facto, tivemos dois momentos, um como disse do apoio da candidatura ao projeto, à Estratégia Local da Habitação, que tivemos financiamento e, portanto, seguimos em frente e outra uma proposta que não chegou a ser ainda assinada, de um acordo de possível financiamento à construção dos fogos. Entretanto, como sabem, surge o PRR e o PRR muda um bocadinho as regras do jogo, nalgumas situações para melhor, outras para pior. Ora surgindo o PRR e encaixando a habitação nestas questões do PRR, logicamente que nós temos que ir ao financiamento e são essas as orientações que temos de ir ao PRR para ter a comparticipação a cem por cento. O Estado quer isso, o IHRU também orienta e, obviamente, para nós melhor porque não temos que despender a outra verba que teríamos que necessariamente suportar, portanto, se houver financiamento a cem por cento relativamente a um projeto de execução e que tem que ser lançado a concurso, obviamente, tanto melhor, só que também nos limita um pouquinho, porque nós não podemos avançar com as obras sem termos a candidatura submetida e aprovada, ou seja, num paradigma completamente diferente. E isto porquê? Porque a determinada altura e eu falo nomeadamente no caso do PORTUGAL 2020 e mesmo dos anteriores, nós poderíamos fazer as candidaturas e avançar com as obras, como temos o caso da escola da Moita, por exemplo, que ainda vai buscar, há de ir buscar dinheiro ao 2020, podemos começar com as obras e porque já temos a candidatura submetida ok? Portanto a candidatura foi submetida e, portanto, já lá está, está para avaliação e podemos começar com as obras. No caso do PRR é distinto, porque nós não podemos começar com as obras sem ter a candidatura submetida e sem ter o financiamento garantido, mas isto é um jogo que tem que se jogar, obviamente, para bem do Município, porque é um financiamento garantido e, portanto, não é empréstimo, é um fundo perdido, para a construção deste tipo de habitação, não será dos fogos todos, mas, pelo menos, conseguirmos para esta primeira, para este primeiro grupo de habitação tanto melhor. Portanto, temos que jogar as regras e consoante o dinheiro que está efetivamente à disposição e o financiamento que podemos obter. Relativamente à questão da e daí que, mesmo da parte da Secretaria de Estado a parte de assinatura do acordo de gestão



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ficou suspenso, portanto, agora garantir a candidatura do PRR e depois quando muito homologado pela própria Secretaria de Estado. -----

----- Quanto aos projetos, atividades económicas, o que é que falhou? Senhores Deputados em primeiro lugar aquilo que falhou foi o investimento que nós todos desejamos e ansiamos, que é a ampliação da Zona Industrial de Amoreira da Gândara, que é um investimento de milhares de euros, obviamente, e que precisa de financiamento. Não há dúvida nenhuma mas temos que ter efetivamente o processo fechado, com todos estes percalços que têm havido, mas esse é o maior investimento que nós queremos, desejamos e ambicionamos para as zonas de atividades económicas, já identificando no ano passado duas outras zonas novas, porque tivemos mesmo que colocar em processo de revisão porque a isso éramos obrigados, para no âmbito da revisão do PDM virmos a conseguir a desafetação dessas zonas e, portanto, podermos trabalhar nas mesmas, que é a zona do Vale do Tordo e a zona do Vale Salgueiro, mas já com a identificação, obviamente, de perspectivas e de investimento, etc. Mas aquilo que falhou efetivamente e ainda está a falhar, como é óbvio, é o grande investimento na Zona Industrial de Amoreira da Gândara, que não são dezenas de euros, são centenas de milhares de euros. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, vou dar agora a palavra ao Senhor Deputado João Gaspar. -----

----- **Senhor Deputado Municipal João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Ó Senhor Presidente apenas para fazer um resumo da situação. Depois dos técnicos das contas convirá talvez explicar à população com mais dificuldade em entender os números que, num ano difícil e complicado, foi necessário tomar opções próprias do Executivo para poder fazer obras. Não terá sido feitas todas as obras que estariam previstas, são as tais opções e muita gente certamente ao avaliar dirá que está muito por fazer. O ano foi complicado, o ano foi difícil, as contas estão aí, estão corretas, estão presentemente fiscalizadas para que sejam aprovadas e tudo o que se possa dizer em relação a isso, o que se tem dito, números, opções, as opções são para se tomar por quem foi eleito para isso e nós só temos que ver que os estão corretos e mesmo que não sejamos nós os defensores das opções, são as opções que foram tidas pelo Executivo e é para isso que o Executivo cá está para tomar opções. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, dou a palavra ao Senhor Deputado Victor Tavares. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Victor Tavares, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Só para informar a colega Graciete, eu penso que não estive cá na Assembleia da apresentação do orçamento? Pois eu estava convicto que não tinha estado e quando falou aqui do investimento industrial no orçamento de dois mil e vinte e dois está previsto um investimento industrial, tanto para a zona industrial de Amoreira da Grande como para as outras duas que a Engenheira já falou, a Presidente de Câmara, de cerca de doze milhões de euros, entre o ano dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte seis. Se isso se vier a concretizar



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

acho que estamos perfeitamente no bom caminho. Pronto, era só meramente essa informação. Obrigado Senhor Presidente. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, vou dar a palavra ao Senhor Deputado Nuno Portovedo.

----- **Senhor Deputado Municipal Nuno Portovedo, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente, relativamente à intervenção do Senhor Deputado Rui Bastos, nós estamos efetivamente aqui a aprovar e como disse o Senhor Deputado João Gaspar, a prestação de contas relativa a dois mil e vinte e um. É isso mesmo que estamos a aprovar. Onde está incluído a execução das GOP, das Grandes Opções do Plano também relativas ao mesmo ano e nós em dois mil e vinte, no final de dois mil e vinte, aprovámos as Grandes Opções do Plano para dois mil e vinte e um, sendo que, agora conforme demonstrado, o grau de execução das GOP, portanto, é de oitenta e quatro vírgula vinte e quatro por cento e as GOP comprometidas são de noventa e sete vírgula zero sete, sendo que, por exemplo, relativamente ao turismo, dito pelo Senhor Deputado Rui Bastos, o orçamento de dois mil e vinte e um previa uma verba de seiscentos e oitenta e quatro mil duzentos e quinze euros. No relatório e contas estão seiscentos e quarenta e três mil trezentos e trinta e oito, ou seja, houve um grau de execução de noventa e quatro por cento. E é isto que nós temos que avaliar agora, não é mais nada é as contas, as Grandes Opções do Plano e mais nada, é isto que estamos a aprovar e, portanto, o grau de execução é este: oitenta e quatro por cento e comprometidas noventa e sete por cento. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Obrigado Senhor Deputado dou a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente. Não estava a fazer nenhuma a pensar fazer nenhuma incursão ali para o lado, mas obrigam-me a ter que tecer aqui alguns acrescentos às afirmações que foram aqui tecidas. Realmente o que disse é verdade e também é verdade que na primeira revisão que aqui nos foi proposta que nós votamos a favor, foi feito um acréscimo, um adicional do saldo transitado do ano anterior em diversas matérias, uma delas até foi turismo, quatrocentos e setenta e um mil euros e também nós sabemos que esta questão das taxas de execução é uma coisa engraçada, porque quando vemos este relatório, são relatórios que se formos a confrontar com os valores previstos, os montantes previstos e os montantes executados, confrontamos que os montantes previstos até nem são iguais aos montantes previstos no orçamento. Porque isto muitas vezes é um valor que e se eu estiver aqui a induzir em erro, eles, pelo menos, não são iguais, é um valor que resulta de sucessivas alterações necessárias, não é isso que está em questão ao longo do ano. Creio que todos nós temos consciência disso. Pelo que, num exercício muito simples, se eu propor cem mil euros para, lá estou eu com a proteção, hoje ainda não tinha tocado nisso, com a proteção na questão por exemplo na limpeza dos rios, se eu propor cem mil euros, em orçamento e depois andar a fazer dotações, chegar ao final do ano e deixar lá mil euros e se eu gastar novecentos euros, já viu



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que está noventa por cento de execução. Pronto eu não estou a dizer que isto é feito premeditadamente, mas eu às vezes tenho que encarar um pouco isso, o que é que é prioridade? É um pouco este cumprimento daquilo que a gente se propõe realizar para ir ao encontro dos problemas sinalizados. Posto isto e pegando nas palavras da Senhora Presidente do PRR e disse que há então uma certa necessidade de encaixar a habitação face aos valores que aí vem. A questão que eu lhe colocava um pouco e até porque olhando para as GOP e vemos que há aqui rubricas como o apoio à recuperação de habitação degradada que poderia ser facilmente encaminhada para o que já vou dizer e até o próprio benefício do arrendamento urbano que também para fins habitacionais que ficou um bocadinho aquém do previsto. Um bocadinho não muito, mas ficou abaixo. A pergunta que eu lhe ponho é se nestas iniciativas habitacionais, que está a prever desenvolver, se estão incluídas para correr ao PRR estão incluídas as de incentivo à fixação de jovens ou não ou se restringem, numa primeira fase como prioritária, a habitação precária que também está sinalizada, porque isto não podemos não é, foi sinalizado que um dos problemas do nosso Concelho é a fixação de jovens, no fundo, combater o envelhecimento e daí também elencamos diversas medidas que não é só a habitação, mas também desenvolvimento económico. Certo? É só para perceber se estão ou não estas iniciativas de com vista à fixação de jovens. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente quer responder? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Nós jogamos o jogo das candidaturas conforme elas aparecem e ainda há bocadinho aquilo que eu estava a dizer, de início nem sequer pensávamos em ir ao PRR na questão da habitação, só que, entretanto, surge o PRR e todos sabem porque é que surge o PRR e também todos sabem que o PRR parece muito dinheiro, mas não é assim tanto dinheiro. Há de sobrar no fim porque a malta não vai ter arcaboço para gastar tanto e, portanto, depois há de distribuir, obviamente, pelos Concelhos e como todos sabem do PRR para a Região Centro é zero vírgula cinco por cento, portanto, daqueles milhões todos. Mas pronto, nós temos que jogar de acordo com as candidaturas que vão surgindo. Nós, por exemplo, até segunda-feira estamos a apresentar ou vamos apresentar duas candidaturas, que quando fizemos o orçamento nem sequer pensávamos candidatar-mos às mesmas, mas vamos apresentá-las, elas nem sequer estão identificadas no orçamento. Como no próximo mês de maio, mais duas ou três, iremos avançar e elas também não estão aqui especificadas, mas, à medida que as oportunidades vão surgindo, obviamente que nos vamos candidatando. Quando antecipadamente já sabemos que, no caso dos rios, que o Senhor já há bocadinho frisou e que já falei várias vezes nesta Assembleia, quando à partida sabemos que há essa possibilidade, obviamente que já vamos identificando esses projetos, e isto para nós porque é que Anadia, eu já nem falo pelo Concelho vizinho a nascente, não havia de ser contemplado com verbas para a limpeza do rios como foram os outros. A rubrica estava inscrita como uma determinada dotação e aquilo que aconteceu no final, enfim, agora com a saída do Ministro devia ter acontecido antes, em vez



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

daquela resposta que nos foi dada. Mas pronto lá caiu, enfim, sobre o peso na consciência e lá se abriu um bocadinho aqui uma oportunidade, mas isto, enfim, faz parte porque quer queiramos quer não, quase todos os Municípios neste momento estamos dependentes efetivamente dos fundos comunitários, na maioria as grandes obras são feitas com os dinheiros dos fundos comunitários e, portanto, nós vamos jogando de acordo com as oportunidades que nos vão aparecendo. Há regras que são impostas e quando diz assim, mas no PRR está lá a trabalhar em sentido dos jovens? Nós trabalhamos de acordo com os avisos que saem. Se disser lá que é para fixar os jovens. Nós escrevemos lá, obviamente, tem que ser para fixar os jovens, se não disser lá que é para fixar os jovens e que é para outra coisa, temos que escrever de acordo, se não fugimos ao anúncio e depois corremos o risco da candidatura não ser aprovada. Mas já que fala no incentivo aos jovens, obviamente e nomeadamente na questão da habitação é preciso não esquecer o que nós MIAP já fizemos quando colocamos à disposição do mercado a venda daqueles apartamentos a custos mais baixos com incentivo à fixação dos jovens com, por exemplo, quando promovemos a venda dos lotes em Ancas a custos baixos, efetivamente, porque são baixos, com projeto aprovado, com lotes que estão vendidos e que agora dentro de dias haverá uma nova hasta pública e esperamos, obviamente, que haja mais vontade de outros jovens também poderem vir a adquirir o terreno. Agora nós não podemos é pegar pelas mãos e dizer vem para aqui que vens viver aqui, mas incentivos eles são criados, como também os jovens também tem outros incentivos, nomeadamente na questão da água, etc, de outros benefícios, portanto, há medidas que estão tomadas que não estão, enfim, especificadas no orçamento, mas elas existem como incentivos, efetivamente, à fixação dos jovens ou das famílias numerosas, por exemplo, também jovens ou menos jovens, entre outras.

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra ao Senhor Deputado João Gaspar. -----

----- **Senhor Deputado Municipal João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- É só para lembrar que as contas são como uma manta, nós puxamos de um lado e falta do outro. A manta só tem o tamanho, não cresce nem diminui conforme mantemos a nossa vontade e o que acontece aqui é que nós podemos ter um grau de execução até de cem por cento, o que é verdade e a Senhora Presidente reconheceu aqui durante este ano complicado, que teve necessidade de aumentar os valores que pagou para algumas obras, porque não tinha candidatos. Ora se ela gastou mais dinheiro e o dinheiro não estica alguma coisa ficou por fazer. Agora temos que verificar é que o que ela fez concretizou serviço num ano difícil, acho que não podemos exigir mais. É só isso que eu tenho a dizer. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

Muito obrigado Senhor Deputado, dou a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Se me permite só complementar ó Senhor Presidente da Assembleia antes que me esqueça, é que para além da dificuldade de efetivamente também termos empreiteiros, também com a dificuldade que tivemos de dar início determinadas obras. A questão que há pouco falei



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da rescisão do contrato que tivemos. A questão do Centro de Saúde temos a obra adjudicada e a obra suspensa pelas razões que sabem, porque até para tirar aquela malta somos nós que temos que investir para isso e substituímos, enfim, a quem de direito até para fazer as obras e, pronto, a própria GNR com derrapagem, vamos andar à frente, enfim, com o dinheiro e eles pagam quando podem e por aí fora, portanto, há obras que estavam inscritas e que, de facto, também não tiveram execução que poderiam ter. Mas também diz e é verdade, essa oportunidade de não investir nalgum lado também nos permitiu fazer os ajustamentos para poder gastar no outro é verdade, se não também não tinha dado, se calhar não, mas, obviamente, é aproveitando esse equilíbrio, enfim, das contas e a oportunidade, porque senão, enfim, a taxa de execução se calhar ficaria baixa, como é óbvio, mas quem é que não o faz? Só quem não tem visão ou não tem capacidade, obviamente, de assumir. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Ou não tem mantas, direi eu. Dou a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, vou tentar ser muito breve, só fazer um pequeno complemento. Felizmente o Senhor Deputado João Gaspar falou, entretanto, e no fundo veio corroborar a minha opinião relativamente a esta questão. Sobre ser um ano difícil. Mas repare que alguns alertas que já tem sido trazidos aqui, que não são de agora, porque a Senhora Presidente tem consciência que todos os planos que nos trouxe elencados sob a justificativa de que seriam o melhor para o nosso Concelho, quer no desenvolvimento económico, social e afins, turismo, por aí adiante e falo pelo PCP, tiveram a nossa aprovação. Estou a falar do turismo, estou a falar do plano de pormenor da zona industrial de Amoreira da Gândara, estou a falar da estratégia local de habitação e por aí fora. O problema não está, no meu ver nas ideias, as ideias existem os problemas estão sinalizados. O que mexe um bocadinho comigo e perdoem-me a expressão e já alertei para isto, é que nós sistematicamente utilizamos documentos que reconhecidamente são dinâmicos e são dinâmicos, mas não vejo que essa dinâmica seja utilizada no fundo, num princípio de acelerar o processo e acho que até foi na última ou na penúltima Assembleia que alertei para o facto do alargar o alargamento dos prazos na conclusão de projetos que até estavam definidos em período anterior e assim do ponto de vista isto acaba por ser preocupante. Porque acabamos por adiar a resposta que já reconhecemos todos que é urgente dar, isto merece se calhar uma partilha de ideias, uma reflexão, estarmos mais a par do que é que se está a passar, no intuito, porque nós, no fundo, da mesma forma que aprovámos estes planos, estamos cá para contribuir, não é, porque seria uma forma cínica de estar, estamos cá para contribuir com ideias, na medida do possível. Posto isto relativamente à Quinta do Rangel, já aqui falamos tanto sobre isso, eu só lhe ponho uma pergunta muito simples, que já coloquei ao Senhor Vereador Lino Pintado e que não tive bem a resposta ou, pelo menos não foi conclusiva. Quantos jovens é que adquiriram esses lotes, é possível saber, é possível dar essa informação dos que já foram vendidos na Quinta do Rangel?

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Senhora Presidente quer partilhar? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Não, não lhe posso neste momento responder, não estão oito, dez lotes vendidos e, portanto, estão oito por vender, sendo que uns são mais jovens, outros menos jovens, pronto e se calhar, outros vão construir para outros jovens irem para lá também, tudo pode acontecer, não sei, mas esta foi a nossa vontade e o espírito, obviamente, que esteve subjacente à nossa ideia de colocar, de fazer o projeto e, enfim, de colocar os lotes à disposição. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- É só para dizer que tem que ser mesmo, mesmo, mesmo muito rápido. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Mas também tem que concordar comigo que é importante ter essa informação, acompanhar essa informação também para descortinar se as medidas estão a ter efeito ou não, não é? -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, Senhora Engenheira quer acrescentar alguma coisa? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Sim, quando todos estiverem a construir eu vou pedir-lhes a eles que nos convidem para a inauguração. Acho que é uma boa aposta. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Engenheira. Não havendo mais inscrições para, para este ponto e num universo de trinta e um deputados presentes eu vou pôr à votação. Quem se abstém: primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila. Quem vota contra: primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila. Quem vota a favor: primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, Mesa e portanto, num universo de em pleno são trinta e um votantes, a Assembleia Municipal no uso da competência estabelecida na alínea l) do n.º 2 do art.º 3.º do seu Regimento – alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – conjugado com os art.ºs 76.º e 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, deliberou, por maioria, com vinte e oito votos a favor, dos Deputados do Grupo Municipal do MIAP, dos Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, do Deputado Rui Manuel Soares de Oliveira Bastos, do PCP e da Deputada Lúcia Maria Rodrigues de Jesus, do PNT, zero votos contra e três abstenções, dos Deputados do Grupo Municipal do PS, aprovar os Documentos de Prestação de Contas do Município de Anadia, referentes ao exercício de 2021, bem como apreciou a Certificação Legal das Contas de 2021 e o Património do Município de Anadia, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Faz favor Senhor Deputado Nuno Portovedo. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Nuno Portovedo, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Muito obrigado. Dos documentos de prestação de contas referentes ao exercício de dois mil e vinte e um, bem como da apreciação da certificação legal das contas de dois mil e vinte e um e do património do Município, de Anadia depois de analisada toda a documentação



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

disponibilizada, vem desta forma a bancada municipal do MIAP, subscritora desta declaração de voto, afirmar o seguinte. O ano dois mil e vinte e um foi um ano, apesar de algumas melhorias, ainda bastante marcado pela pandemia de COVID 19 que desde o ano dois mil e vinte vem assolando o nosso país. O Município de Anadia continuou durante dois mil e vinte e um empenhado, como nos tem sido dado a conhecer, em diversas ações de implementação de medidas de prevenção e mitigação da pandemia. Além da situação pandémica o ano dois mil e vinte e um fica também marcado pela subida dos custos dos transportes, das matérias-primas e da energia, sendo que estes custos começaram a ter impacto já no último trimestre de dois mil e vinte e um, como sabemos. Estes dois fatores tiveram, como não poderia deixar de ser, impacto não só no exercício das competências do Município, como obviamente, da sua estrutura de receitas e despesas. -----

----- Não obstante o relatório e contas do ano dois mil e vinte e um apresenta uma elevada taxa de execução orçamental, bem como um grau de execução das GOP que consideramos excelente. ----- Ao nível económico e financeiro o Município de Anadia continua a apresentar indicadores bastante sólidos, tendo melhorado, inclusivamente, em relação aos anos anteriores.

----- Assim, destacamos seguintes indicadores: execução orçamental da receita noventa e seis vírgula zero três por cento, ascendendo a vinte cinco vírgula quinhentos e trinta e seis milhões de euros, registando uma variação significativa de catorze vírgula trinta e sete por cento em relação ao período homólogo. Apesar de e como sabemos, os impostos e as taxas estarem pelos valores mínimos. A execução orçamental da despesa oitenta e sete vírgula zero nove por cento, ascendendo a vinte e três vírgula cento e cinquenta e nove milhões de euros, tendo um aumento de três vírgula cinquenta e dois por cento face ao ano transato e acompanhando o aumento da receita. Execução orçamental das GOP de oitenta e quatro vírgula vinte e quatro por cento, ou seja, um aumento de três sessenta face a dois mil e vinte, tendo alcançado um grau de execução ao nível pré, no período pré-pandémico, sendo as GOP comprometidas noventa e sete vírgula zero sete por cento. De realçar que as GOP com maiores montantes comprometidos são as sociais e económicas, demonstrando, por um lado a preocupação do Executivo em melhorar as infraestruturas sociais do Concelho e, por outro lado, a preocupação com o setor económico como alavanca para o desenvolvimento sustentável a médio longo prazo. -----

----- A diminuição do endividamento bancário na ordem dos seiscentos e oitenta e nove mil euros, apesar da disponibilização da tranche final do empréstimo contratado junto do BEI que não foi utilizada, devido à atribuição de um prémio de seiscentos e trinta e quatro mil euros pelo desempenho demonstrado em termos da avaliação PARU e reforço FEDER. O aumento da margem disponível de endividamento que ascende a quatro milhões oitocentos e trinta e quatro mil euros, o que deixa o Município mais preparado para investimentos futuros. -----

----- Autonomia financeira de noventa e dois vírgula trinta e nove. O aumento do saldo de gerência a transitar para dois mil e vinte e dois, que é na ordem dos dois milhões novecentos mil euros, sendo que no ano transato foi de um milhão oitocentos e trinta. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- E ainda a certificação legal das contas não mencionam qualquer reserva por parte dos revisores oficiais de contas, o que denota que as contas de dois mil e vinte e um apresentam uma imagem verdadeira e apropriada da situação económica e financeira do Município. Situação como sabemos não se verifica em muitos municípios do país. -----

----- Assim, na nossa opinião, a conjugação de todos estes indicadores demonstra uma excelente gestão financeira do Município, uma gestão controlada, competente e realista, capaz de responder ao tempo em que vivemos e capaz de preparar o futuro e que vai de encontro ao que o Movimento Independente Anadia Primeiro se propôs. Como tal o nosso voto não poderia ser outro que não o voto favorável. Disse. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, relativamente a um pedido, não sei se é do Senhor Engenheiro? É do Senhor Engenheiro faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Fernando Barbosa, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Ora bem, era só para justificar porque é que o Grupo Municipal do Partido Socialista se absteve. Nós, nenhum de nós, os três Deputados do Partido Socialista atuais, estive em todo o ano de dois mil e vinte e um, portanto, tomámos posse em outubro e daí que não tenhamos um conhecimento, acreditando naturalmente nos pareceres que aqui estão, mas preferimos abster-nos por essa razão apenas, muito obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- E inferir daí que é uma declaração de voto ao fim ao cabo. Bem muito obrigado. -----

----- Veremos então ao último ponto do período da ordem do dia, **ponto número quatro: apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de adesão do Município de Anadia à BIKINNOV**, depois é tudo em inglês, eu não sei se vocês estão habilitados a ouvirem-me, **Bike Value innovation Center Association, de acordo com o estabelecido na alínea k) do número dois do artigo terceiro do RAMA.** -----

----- Portanto, está aberta a apreciação e a apresentação e depois será a votação da proposta da Câmara Municipal. -----

----- Daria a palavra à Senhora Presidente para fazer a apresentação deste pronto, pode falar também inglês. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Bom eu acho que os documentos são claros e, portanto, está muito bem exposto. Isto resulta de um convite que a Abimota formulou ao Município de Anadia para, no fundo, sermos um associado fundador desta organização. Portanto, ela está constituída, mas, obviamente, querem que efetivamente também os Municípios sejam associados e parceiros nesta iniciativa que, no fundo, tecnológico na área da mobilidade e, portanto, da indústria das duas rodas. -----

----- Ora, escusado será dizer que o Município de Anadia tem história nesta indústria e, portanto, também na montagem das bicicletas e, portanto, justificado até já com algumas empresas do nosso Município que já são aderentes a este centro tecnológico, como a AJMAIA e que é uma das empresas, enfim, com maior produção e empregabilidade ao nível das duas



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

rodas, como também a Ciclo Fapril, a Epedal, etc, e, portanto, temos aqui indústrias importantes na área das duas rodas e, logicamente, faz todo o sentido o Município de Anadia aderir, até por todo o investimento que tem feito nesta área do ciclismo, da mobilidade suave e, portanto, todas as iniciativas que tem promovido e continuaremos a promover e logicamente que nos sentimos honrados pelo convite e acho que nem faria qualquer sentido não fazermos parte, portanto, não sermos efetivamente associados aderentes, com este custo de adesão e de participação, que é de uma unidade de participação que é de mil euros, portanto, também não nos deixam entrar com mais, mas acho que faz todo o sentido, efetivamente, de sermos um Concelho associado a este pólo tecnológico. Desde logo ficará ao critério da Assembleia Municipal, que é quem tem que decidir efetivamente para esta adesão. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, vou dar a palavra ao Senhor Deputado Luís Fonte. ----

----- **Senhor Deputado Municipal Luís Fonte, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Boa tarde a todos os presentes, eu gostaria apenas de questionar onde estará sediado esse Centro? -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Senhora Presidente quer responder? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Isso é público, não é, portanto, através da comunicação social isso é público, desde logo ele ficará sediado em Águeda, na Zona Industrial do Casarão e, portanto, é aí que está previsto. Desculpem, mas pensava que já estava sobejamente conhecido. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado. Não havendo mais nenhuma intervenção porei então à votação deste ponto da proposta da Câmara Municipal de adesão do nosso Município à BIKINNOV e, portanto, num universo de trinta e um deputados. Quem se abstém: primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila. Quem vota contra: primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila. Quem vota a favor: primeira fila, portanto, num universo de em pleno são trinta e um votantes, a Assembleia Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea k) do n.º 2 do art.º 3.º do seu Regimento – alínea k) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – deliberou, por unanimidade, com trinta e um votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a proposta da Câmara Municipal de adesão do Município de Anadia à BIKINNOV – Bike Value Innovation Center – Association, que se encontra em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Terminado este período dedicado à Ordem do Dia, temos aqui uma proposta do Grupo Municipal do MIAP, encontrando-se em anexo à presente ata, da qual faz parte integrante, que se refere à aprovação em minuta dos pontos dois, três e quatro, nos termos do que dispõe o n.º 4, do artigo 53.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – n.º 3, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Submetida à votação das Senhoras e dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que a proposta tinha sido aprovada por unanimidade, com trinta e um votos a favor, zero votos contra e zero abstenções. -----

----- Entraremos no **Período de Intervenção do Público** e temos aqui inscrito o senhor Martírio Augusto Silva de Oliveira, que faz favor, dou-lhe a palavra, faz favor. -----

----- **Senhor Martírio Augusto Silva de Oliveira:** -----

Muito boa tarde a todos os presentes e muito obrigado pela oportunidade. O que me traz aqui é um assunto já muito bem conhecido o tema Destilaria de Levira. Precisava de há coisas que estão incompreensíveis, muito opacas e eu precisava de clarificar, eu queria colocar à Senhora Presidente aqui umas isto eu tinha a perguntar muita coisa, mas não é momento, nem o local nem temos tempo para isso, mas eu vou sintetizar isto para quatro perguntas, e gostava de que essas fossem respondidas, se fizer o favor. Então a primeira é sobre a Destilaria de Levira colocou ali na beira da estrada, uma bateria de silos ou depósitos metálicos para aí com cerca de vinte metros de altura, depósitos supostamente de álcool. Como é conhecido pelas queixas que já foram dirigidas à Senhora Presidente, a inquietação das pessoas ali e até conferem alguma insegurança porque não se identifica ali um padrão de segurança, enfim, é uma preocupação constante e a Senhora Presidente em dada altura pronunciou sobre isso, que aquilo foi feito sem licença alguma e pronunciou-se em ofício e dizendo que se trata de obras de escassa, escassa, escassa relevância. Olhe Senhora Presidente queria lhe pedir o favor de fundamentar isto ponto por ponto. O que é que é, o que é que significa escassa relevância, para uma obra deste impacto desta envergadura. Segundo ponto. A Senhor Presidente licenciou por volta de dois mil e quinze, uma construção em plena área de REN. A construção de um pavilhão de cimento, sem obter a prévia autorização ou parecer favorável ou desanexação, como é que se quer chamar, da CCDRC. Pergunto se isso há algum suporte legal para tal? E depois também há um ano atrás foi dirigido à Senhora Presidente uma petição, com quase duzentas assinaturas, a alertar das preocupações, a apelar à Senhora Presidente para que as pessoas tivessem, sentissem da parte da Câmara alguma proteção. Olhe Senhora Presidente não deu qualquer resposta a esta petição. Não sabe nada, só sei que aqui o Senhor Vereador que o Senhor João Nogueira de Almeida, teve uma intervenção em torno disto, aqui nesta sala, em junho do ano passado e até baixa na Internet o depoimento que a Senhora Presidente fez, até posso citar, importa-se? Vou fazer isto que é para reavivar a memória. Um momento só por favor, isto é aqui Praça da Juventude, Praça da Juventude. Não estou a conseguir momento, mas de qualquer modo o que a Senhora Presidente disse nessa, nessa, nessa intervenção que estava do lado da população. Olhe Senhora Presidente isso em momento algum se sentiu, a presença da Senhora Presidente junto da de algum cidadão no Município, que tanto se preocupa tanto se lamentam e não se conhece qualquer ação da Senhora Presidente em torno disto. Pronto outro assunto, há rumores de rua que vai surgir a expansão da zona industrial na Pedralva, desde a destilaria até à estrada que vai virada ao cemitério. Pronto isso são rumores de rua, por isso pergunto, coloco aqui se isso é verdade? Se há alguma intenção ou se isso é



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

público ou se não, se afinal de contas isto são apenas rumores de rua? É tudo para agora Senhora Presidente gostava que me respondesse de forma clara, para que eu fosse daqui esclarecido com isto. Muito obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Martírio, dou palavra à Senhora Presidente para responder, faz favor. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Olhe só dizer ao Senhor Martírio, tal como começou, diz que não me iria colocar tantas perguntas que não era o momento nem o local. Eu diria que mesmo aquelas que me apresentou nem é o momento nem é o local. Quando o Senhor quiser efetivamente que lhe responde a estas situações, o Senhor vem acompanhado de um técnico e eu estarei com os nossos técnicos e então sim, para lhe explicar o que são obras de escassa relevância urbanística, que não é uma definição nossa da Câmara Municipal de Anadia, é aquilo que está na lei, é aquilo que efetivamente a lei descreve aquilo que são obras de escassa relevância urbanística e, portanto, aquilo que os técnicos de planeamento e que tem que aprovar os processos, seja na Câmara ou seja na CCDD, obviamente, tem que seguir. Não são regras do Município de Anadia é a lei que define o que são obras de escassa relevância urbanística e, portanto, se o Senhor não quiser, num outro dia e com um técnico que o Senhor que se faça acompanhar, obviamente, que perceba estes termos, para que efetivamente fique mais elucidado e pronto, e este é um desafio que que lhe deixo, obviamente, que o Senhor já cá veio tantas vezes com advogados e com não sei quantas pessoas consultar processos, portanto, quando quiser eu estou disponível, mas marcamos essa reunião, mas, como disse o senhor terá que vir acompanhado de um técnico para que efetivamente lhe possa explicar essas situações. -----

----- Quanto ao licenciamento em plena área da REN, eu não sei se o Senhor está a gravar a conversa, mas vou-lhe dizer que a reunião é pública, está a ser gravada e é transmitida online, tranquilo, portanto, não estou aqui a escusar-me a nada e dizer-lhe Senhor Martírio também tranquilamente, porque o Município efetivamente não licencia coisas que estejam fora da REN e também não cabe ao Município de Anadia fazer as desafetações da zona da REN, antes fosse possível isso, porque se isso fosse possível hoje não estávamos aqui a ter a conversa da ampliação das zonas industriais. O Município decidia desafetava da REN e já estávamos a expandir por aí fora. Era bom que o Município de Anadia e que dessem efetivamente essa autonomia aos Concelhos para que e isto era a descentralização necessária para que os Municípios efetivamente também pudessem decidir um pouco mais do seu território, das necessidades em termos de ordenamento e de planeamento para o seu território, portanto, não temos essa autonomia e, portanto, dir-lhe-ei que o Município de Anadia não desafeta rigorosamente nada da REN e, portanto, em resposta àquilo que o Senhor me referiu se está licenciado é porque está bem licenciado e, portanto, não fomos nós que desafetamos o quer que seja, porque não temos essa capacidade, nem essa autonomia para o fazer. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Quanto ao abaixo-assinado o Senhor mandou para nós, como para tantas outras entidades e a mim chega-me sempre em duplicado ou triplicado. Todas as informações que o Senhor manda, porque o senhor manda para N entidades e depois são as entidades outra vez todas a fazer chegar ao Município de Anadia todas essas comunicações que vocês fazem. Enfim, nós estamos questionados, o Ministério do Ambiente questionou, como sabe a CCDR também indagou, teve vistorias ao local, enfim, com várias entidades, com o Município de Anadia, enfim, para todas essas questões que se levantam, algumas pertinentes e houveram vistorias, enfim, que tiveram algum resultado negativo, obviamente, para a parte da empresa que, enfim, quando também prevaricam, também levam os autos de contraordenação, como já aconteceu com a Destilaria de Levira e acontece com outros, nomeadamente, porque cabe à CCDR promover determinadas fiscalizações e assim aconteceu, portanto, nada que já não tenha acontecido à Levira ou a outras empresas quando a CCDR promove determinadas fiscalizações.

----- Quanto à zona industrial da Pedralva não sei que lhe dizer, agora nós Município de Anadia, não estamos a prever, não estamos a promover a expansão da zona industrial da Pedralva. Se é possível, quiçá, nomeadamente através, lá volto eu, de um plano pormenor. E eu digo isto porque ainda há dias na semana passada, há aqui um terreno aqui no nosso Concelho, onde facto só tem um bocadinho assim em zona urbana e depois no resto não podem construir e, de facto, anda aqui há anos e anos esse terreno empatado, com algum interesse, enfim, para alguns promotores, enfim, que querem, efetivamente, investir no nosso Concelho. Mas há dias depois e eu própria já fui com um à CCDR para tentar ver se havia alguma viabilidade para aquilo, não foi possível, mas há dias houve um investidor que foi com esse mesmo terreno à CCDR e aquilo que foi dito assim, o Senhor até pode tem é que promover um plano de pormenor e a minha pergunta foi, mas só agora é que se lembraram dar essa resposta, já deviam ter dito isto há muito tempo, por isso é que eu digo às vezes há leis e há momentos que as coisas podem acontecer e eu como desconheço esta situação e aqui posso afirmar, expansão promovida pela Câmara Municipal, Neste momento não existe. Se o promotor pode promover? Sim e quiçá com um plano de pormenor que ele pode ter de pagar às suas próprias expensas se tiver interesse em tal. Quem aprecia esse plano pormenor, obviamente que há de ser na Comissão de Coordenação também entidade que tem que se pronunciar relativamente a esta matéria, porque nós não temos autonomia para o fazer. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Engenheira, levantou o braço para? O seu tempo de intervenção já esgotou, portanto, e parou e disse que era isso, mas de qualquer das formas vou-lhe dar para um complemento rápido da sua posição, mas tem que ser rápido. -----

----- **Senhor Martírio Augusto Silva de Oliveira:** -----

----- Pronto Senhora Engenheira, Senhora Presidente a questão é a seguinte, quando me diz que aquele que disse que têm que ou desculpem, quando me diz que tudo está legal, que o armazém que a Câmara Municipal em dois mil e quinze licenciou, passou uma licença de construção e aquilo está em zona de Reserva Ecológica Senhora Presidente. A Senhora



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente licenciou uma obra em zona de Reserva Ecológica, como é que isso é possível? É isso que eu gostava de ver explicado, outra coisa que eu gostava de ver explicado também é aquela se ETAR em cima da casa do vizinho. Queria perguntar se isso é legal, se é possível fazer-se, se é preciso licenciamento para uma coisa dessas, se aquilo é legal, se está legal, se a Câmara legalizou ou não? Gostava de ser esclarecido. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Martírio, faz favor Senhora Engenheira. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Como sabe há diversas entidades envolvidas, nomeadamente o IGAMAOT nessa averiguação toda, dessas acusações todas que o senhor faz, CCDR e por aí fora, Ministério do Ambiente, entidades do Governo e por aí fora, todos com as mesmas questões. Algum dia se há de dar solução ou decisão, já que o Senhor, enfim, insiste nessa afirmação, eu tranquilamente direi que estou tranquila nos processos de licenciamento que fizemos. -----

----- E relativamente à ETAR, ela sim foi licenciada pela Câmara Municipal dentro da legalidade e até com o estudo, um estudo de Avaliação de Impacte Ambiental que nós pedimos, nomeadamente, à Universidade de Aveiro. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Ó Senhor Martírio o que lá está a não ser que, entretanto, de um dia para o outro apareçam outras coisas, está licenciado, está legal, é só isso que posso dizer. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado também, chegámos ao fim desta nossa sessão ordinária da Assembleia Municipal, agradeço a vossa presença, declaro, portanto, encerrada a sessão, são dezoito horas e trinta e cinco minutos da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que tem como suporte a gravação digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

O Presidente -

O Primeiro Secretário -

A Segunda Secretária -